



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 133

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 133

126ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Memorando 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos 13

Dep. Jonas Guimarães 14

Dep. Mario Roque 15

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Fernando Scanavaca 18

Dep. Reni Pereira 20

Grande Expediente:

Dep. Ney Leprevost 20

Dep. Elton Welter 22

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Liderança do PDT

Dep. Fernando Scanavaca 18

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 25

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 26

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 28

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 29

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 31

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão/Votação

Redação Final 34

3ª Discussão 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 35

Requerimentos 41

Encerramento da Sessão 42

DIÁRIO Nº 133

126ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE NOVEMBRO DE 2009**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Mario Roque e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Dr.

Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strappasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scannavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio e Tadeu Veneri (07).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Neivo Beraldin e Osmar Bertoldi (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 847/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que solicita esclarecimentos sobre o trecho de acesso secundário da BR-369 ao Município de Mamborê (PR-553). **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº DP 1200/09 do Sr. Stênio Sales Jacob - Diretor Presidente da SANEPAR, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que solicita esclarecimentos sobre Obras da SANEPAR no Município de São Mateus do Sul. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 912/09

SÚMULA:

Instalação de ala de queimados no Hospital Regional do Noroeste do Paraná, em Paranavaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais REQUER após aprovação do douto Plenário o envio de expediente à autoridade nominada, requerendo a instalação de ala de queimados no Hospital Regional do Noroeste do Paraná, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) LUZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A instalação de ala para atendimento à vítima de queimaduras, provenientes de acidentes domésticos ou laborais junto ao Hospital Regional de Paranavaí, justifica-se inicialmente pela incidência contínua das concorrências.

A região administrativa de Paranavaí, mas sua vizinhança com as Cidades-pólos de Cianorte e Maringá, notabiliza-se também pela significativa área e a sua colheita são antecedidas pela queima de palhadas, quando se sucedem os acidentes, não raras vezes, fatais, quando não, deformadores ou inativantes.

Na região em questão, as vítimas de queimaduras obrigam a sua locomoção para as Cidades de Londrina ou Curitiba, que juntas, através dos hospitais Evangélico ou Universitário, oferecem 35 leitos. A viagem aumenta sofrimentos dos enfermos e diminui as possibilidades de sobrevivência.

INDICAÇÃO Nº 913/09

SÚMULA:

Solicita que a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná prorrogue até o dia 30/12/09 o Decreto nº 5230/09 que dispõe sobre os créditos tributários relacionados ao ICMS.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que o referido decreto foi prorrogado pelo Decreto nº 5463/09 só até 30/10/09;

2) Que ocorreu greve dos bancários durante o mês de outubro;

3) A crise financeira a que atingiu o Brasil e o mundo;

4) A necessidade de mais tempo para os empresários se programarem;

5) A falta de divulgação dos benefícios do decreto;
6) Que o referido decreto proporcionará o retorno à atividade normal de empresas inadimplentes com o fisco.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Prorrogar o referido decreto até o dia 30/12/09.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgente, em muito beneficiará a comunidade empresaria do Paraná, proporcionando a reativação de empresas inadimplentes com o fisco, gerando empregos, renda e novos impostos para o Estado.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, DEMOCRATAS, PP e Bloco PRB/PSB/PV indicarem membro partidário, para compor a Comissão Especial para apreciar a Proposição nº 071/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva alterar o parágrafo primeiro do artigo 133 da Constituição Estadual.

PMDB: Luiz Claudio Romanelli

PSDB: Ademar Traiano

PT: Péricles de Mello

DEMOCRATAS: Plauto Miró

PP: Duílio Genari (*)

Bloco PRB/PSB/PV: Rosane Ferreira (*).

(*) Sorteio para a última vaga.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) MESA EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 5348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 251/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, atendendo sugestão

do Presidente Durval Amaral, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 5349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 310/07, 129/08, 343/07 e 344/07, que objetivavam alterar a Lei Complementar nº 083/98 - Região Metropolitana de Maringá.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 5329

Senhor Presidente:

Pelo presente, a Deputada Luciana Rafagnin, REQUER justificativa de sua ausência na presente Sessão, em razão de estar participando hoje, na Capital Federal, de programa televisivo cujo tema é Mulher no Parlamento.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5339

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, autorização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para se ausentar do País no período de 15 a 21/11/09.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 5340

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 03 do mês corrente, devido a atraso no voo de retorno para Curitiba.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 5320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovado do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Therezinha Greca de Macedo, ocorrido em Curitiba.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade curitibana chora a perda de uma das suas mais queridas e diletas participantes. Dia 25 de

outubro próximo passado, veio a falecer nesta Curitiba, dona Therezinha Greca de Macedo, aos 77 anos de idade. Filha de Emilia Gasparim e de Raphael Francesco Greca, viúva do engenheiro e professor também recentemente falecido Dr. Eurico Dacheux Macedo, deixa os filhos entristecidos, o nosso ex-Prefeito, ex-Ministro, ex-Deputado e Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, o engenheiro Rafael Greca de Macedo, mais o renomado médico geriatra Carlos Eurico e a conceituada advogada e empresária, Dra. Maria Cecília.

De dona Therezinha, a sociedade curitibana, herda os mais sólidos princípios da doutrina cristã, as virtudes da fé e da caridade, mostradas em suas participações em diversas ações de humanitarismo e de solidariedade.

Este Poder Público representativo da gente paranaense cumpre como dever cívico, o ato do registro do falecimento da Sra. Therezinha, nos Anais da vida parlamentar deste Estado.

Que, desta decisão, se dê ciência à família enlutada, na forma de envio de ofício ao nosso ex-companheiro de parlamento, o Dr. Rafael Greca.

REQUERIMENTO Nº 5321

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Prefeito Walter Romão de Oliveira, ocorrido em Porto Rico.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Conheço pessoas que amam Nossa Senhora dos Navegantes de Porto Rico tanto quanto Walter Romão de Oliveira, mas mais que ele, impossível.

E essa devoção, ele a transformou em obras, muitas obras, todas elas dirigidas ao bem-estar, à saúde, ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do Município que desde a sua emancipação, teve três Romão segurando firmemente o leme daquele barco, sempre procurando águas tranquilas para navegá-las, mas superando enchentes e marolas com destemor.

Primeiro, o pai Manoel Romão que o governou pelas três primeiras gestões da vida de Porto Rico emancipado, imprimindo a marca da seriedade na condução da coisa pública.

Final da década de 70, o irmão Celso dá continuidade às administrações anteriores, já vislumbrando a vocação turística portorriquense, nicho de desenvolvimento que seria consolidado pelas administrações que o sucederam, a de Prates Nogueira, e a sua, marcante e desenvolvimentista, quadriênio que 1993 a 1996.

Walter Romão de Oliveira insere a biografia da sua existência, efêmera, mas profícua, no livro dos grandes políticos e administradores do Paraná.

Sua vida pública começa em 1978, no gabinete da Segunda Secretaria desta Assembleia Legislativa, assessorando o seu titular, o combativo Deputado Estadual Nilso Squarezi.

Walter acompanha Squarezi em sua memorável passagem pela presidência deste Poder, quando conhece a colega Jussara Stachoaviak, com quem se casaria anos depois.

Em 1985, conclui o curso de Direito da Universidade Federal do Paraná e já em 93, elege-se Prefeito da nossa Porto Rico, quando tem a oportunidade de colocar em prática, ideias avançadas na área do turismo. Porto Rico se coloca definitivamente no roteiro dos passeios das famílias das regiões polarizadas por Paranavaí, Maringá, Londrina e Umuarama e causando admiração a visitantes de Curitiba e de outros Estados. O calendário festivo e cultural é vasto e atraente, sobressaindo-se nacionalmente, a Festa da Padroeira da Nossa Senhora dos Navegantes Mas Walter oferece a mesma atenção aos nativos da sua Cidade, oportunizando-lhes acesso à saúde, à educação, ao aprimoramento físico, perfilando-se ao lado dos pecuaristas e dos diversos segmentos lavoureiros do Município, como a mandioca, o café, a cana e a fruticultura, além do apoio à pesca, grande filão econômico e que justifica a atuação da sua Colônia de Pescadores, a Z-14.

Os ilhéus, pescadores moradores nas ilhas gerenciadas por Porto Rico, famílias humildes viventes da pesca, do plantio da banana, da colheita do mel, sentiam a enorme generosidade do Walter quando do acontecimento das enchentes, aumentadas com a abertura das comportas da barragem de Rosana. Walter lhes atendia fraternalmente suprindo-lhes na distribuição de mantimentos, roupas, providenciando vacinas e remédios.

Prefeito, Walter procurava os órgãos administrativos do Estado em nossa companhia, sempre munido de projetos tecnicamente elaborados, e com objetivos definidos.

E foram estas as tônicas das suas administrações, incluindo a recente finda ano passado.

Diversas conquistas, diversas obras, todas elas ecológica e politicamente corretas, pois Walter inadmitia o desrespeito ao meio-ambiente, justamente para propiciar ao seu torrão, a marca do turismo sustentável. Pretenderam os insondáveis desígnios de Deus Natureza que Walter nos deixasse ainda no gozo da força dos seus 54 anos de idade, mesmo antes do cumprimento do primeiro ano do quadriênio para o qual foi eleito ano passado.

Não sem antes nos legar mostras de companheirismo, de solidariedade, de tolerância.

Walter Romão de Oliveira deixa assinalações da sua inteligência e da sua criatividade nos nove anos frente à administração portorriquense e de dinamismo e correção quando presidiu a Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, a nossa AMUNPAR nas gestões de 94 e 96 concluindo o edifício da sede e a constituindo a

Associação das Primeiras Damas da entidade, a APRINOR.

Walter deixa Jussara, a sua super-assessora, a mulher que aprendeu a amar Porto Rico, com a mesma intensidade do marido. Jussara chora, eu vi, no domingo, dia primeiro, e no sepultamento do marido, na segunda-feira, justamente um Dia de Finados. Jussara chora, com os filhos, os netos, toda a população noroestina e os amigos e companheiros políticos, o Requião, o Mário Pereira e dona Marlene, Sguarezi, Caíto, os padrinhos de casamentos, o Anibellino e eu.

Mas o choro de Jussara tem um quê de orgulho, o de ter tido vivido com Walter as alegrias de viver Porto Rico e as tristezas dos insucessos, poucos e insignificantes.

Esta Assembleia Legislativa ao acolher em seus Anais, o registro deste voto de profundo pesar pelo falecimento do Prefeito Walter Romão de Oliveira, dia primeiro de novembro, cumpre o dever da prestação de reverência à memória de funcionário seu e de servidor público de Porto Rico.

Que, da ciência desta iniciativa, se dê conhecimento à família enlutada e à população portorriquense, através de ofícios a serem enviados à família, viúva Jussara Stachoaviak.

REQUERIMENTO Nº 5322

Senhor Presidente:

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Jung.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(aa) LUIZ ACCORSI

ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A nossa Santa Isabel do Ivaí pranteia o falecimento de um entre os seus mais diletos concidadãos.

Aos 65 anos de idade, vítima de doença que o manteve hospitalizado em Londrina por mais de dois meses, faleceu neste dia 2, de Finados, o médico Carlos Jung.

E surpreenderam-me os desígnios divinos que lhe permitiram voltar para o convívio dos seus, mostrando animada recuperação por mim assistida, quando acontece a necessidade de reinternamento, seguido de óbito.

Dr. Carlos era casado com a professora Norma Jung, cujo matrimônio lhes presenteou os filhos Lígia e Ricardo, ela enfermeira e ele técnico em computação.

Dr. Carlos morava em Santa Isabel do Ivaí desde o ano de 1977 e durante estas três décadas, conseguiu, mercê da sua simplicidade, do seu carisma, granjear a simpatia, a amizade e o respeito de praticamente toda a população daquela Cidade, da qual tenho a honra de ser também seu cidadão, reconhecido pela sua Câmara de

Vereadores através de lei firmada pelo ex-Prefeito, o também médico e colega Clemente de Souza.

Carlos praticava a medicina observando cristamente a filosofia hipocrática exercendo-a como um sacerdote, ignorando a posse dos seus pacientes, ignorando horários, lastimando insucessos, agradecendo o Médico maior pelas vitórias dos seus doentes.

Além de atendimento em sua sala no antigo Hospital Santa Isabel, hoje Hospital Noroeste, Dr. Carlos Jung foi médico chefe da Secretaria Municipal da Saúde.

Também agora, imagino a tristeza dos seus assistidos, quando médico atendente do Sindicato Rural de Loanda.

Dr. Carlos foi sepultado na sua Cidade mineira de Juiz de Fora, deixando, no entanto, os mais sinceros sentimentos de saudades de todos os que tiveram a ventura de conhecê-lo, de privar da sua amizade, da sua contagiante alegria.

Convido para firmar este requerimento, o meu colega Deputado, o Dr. Antonio Anibelli Filho, também dono de vasto círculo de amizade no Município de Santa Isabel do Ivaí e que também vivenciou o prazeroso aconchego da bem-querência do amigo comum, o nosso caríssimo e inesquecível amigo, Dr. Carlos Jung.

Que da ciência desta iniciativa, se dê conhecimento à família enlutada e à população isabelense, através de ofícios a serem enviados à família, viúva professora Norma Jung.

REQUERIMENTO Nº 5324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Norma Lamb, esposa do primeiro Prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon, Sr. Arlindo Alberto Lamb, ocorrido na data de hoje.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do viúvo, Sr. Arlindo Alberto Lamb e filhos.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 5325

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Padre Chiquinho, falecido aos 85 anos em Maringá.

O Padre era da Congregação do Sagrado Coração de Jesus. Ele tinha 54 anos de vida sacerdotal e estava a serviço da Arquidiocese de Maringá havia 13 anos.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5327

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família de Mitsuru Shimada pelo seu falecimento, aos 64 anos, em 04/09/09. Nascido no Japão, de onde emigrou, Mitsuru Shimada residia há 40 anos em Terra Rica, onde se destacou como agropecuarista e participante ativo nos eventos da comunidade nipônica local. Deixa viúva Saioko Murakame Shimada e 2 (duas) filhas: Kemdi e Hayme Shimada.

Esta Casa reverencia a memória de Mitsuru Shimada, cuja vida de realizações como agropecuarista e servidor de sua comunidade de Terra Rica deixa um legado exemplar de serviço, dedicação e doação ao próximo. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à Mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Shimada na pessoa de Saioko Murakame Shimada.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 5328

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família de João Tessarollo pelo seu falecimento, em 03/09/09. Deixa viúva Íria Elena Matero Tessarollo e 3 (três) filhas: Oslaine Aparecida, Márcia Renata e Maria Ângela.

Proprietário de uma das mais antigas lojas de autopeças de Paranavaí, esta Casa reverencia a memória de João Tessarollo, cuja vida de realizações como comerciante e servidor de sua comunidade de Paranavaí deixa um legado exemplar de serviço, dedicação e doação ao próximo. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à Mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Tessarollo na pessoa de Íria Elena Matero Tessarollo.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 5336

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Norberto de Carvalho, ocorrido no dia 02/11/09 em Quarto Centenário.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 84 anos de idade, faleceu no último dia 02 no Município de Quarto Centenário, o Sr. Augusto Norberto de Carvalho. Deixou viúva Dona Maria Espínola de Carvalho, deixou ainda 05 filhos 12 netos e 02 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Carvalho, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 5345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Alsedo Leprevost, ocorrido em outubro.

Dr. Alsedo, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era professor e engenheiro químico.

Expressiva personalidade, era presidente do Conselho regional de Química da 9ª região e professor que dedicou sua vida a área proeminente engenheiro químico, transmitiu todo seu conhecimento aos seus Pares, demonstrando-se um homem culto e sábio.

Deixa viúva a Sra. Irene T. Leprevost.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 5326

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja encaminhado voto de congratulações ao Padre Paulo Markiv, em razão da comemoração jubilar dos 25 anos de vida sacerdotal, com expedição de diploma de Honra ao Mérito.

Natural de Roncador, o Padre Paulo iniciou seus estudos para formação no Sacerdócio no colégio São José, em Prudentópolis. Posteriormente, continuou seus estudos em Curitiba e, em 1981 viajou para Roma para cursar Teologia na Faculdade Oriental dos Padres Jesuítas.

Além do sacerdócio, o Padre Paulo exerceu, também, as funções de professor, coadjutor e diretor no Colégio São José, em Prudentópolis. Hoje exerce suas funções em Irati, sendo responsável pelas comunidades de Gonçalves Júnior, Linha B, Água Clara e Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Frigorífico Argus pelos seus 56 anos de efetiva participação na economia e no desenvolvimento social de São José dos Pinhais-PR, passagem esta que está sendo comemorada com a implantação de um dos mais modernos sistemas de aproveitamento de resíduos de carne do mundo.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 23/07/53, no Bairro Boneca do Iguaçu, Município de São José dos Pinhais, Paraná, o Frigorífico Argus iniciou suas atividades com o abate de bovinos e suínos, fabricação de farinha de carne e ossos, sebo industrial e industrialização de carnes e derivados. Atualmente, tem como atividades o abate de animais, fabricação de farinha de carne e ossos e sebo clarificado.

Em 1973, com a federalização da inspeção, iniciou-se a construção do matadouro/frigorífico de bovinos, bubalinos, suínos, caprinos e ovinos, no bairro Miringuava. A inauguração deu-se em 1975. em 1981, após uma subdivisão do grupo Argus, Luiz Carlos Setim, patrono da família, atualmente Deputado Federal, assumiu o controle acionário do frigorífico.

Na ampliação dos negócios, Setim iniciou o processo de distribuição de carnes na grande Curitiba, Litoral e Campos Gerais (Ponta Grossa), em açougues e mercados de pequeno e médio portes, que se estendem a Santa Catarina e São Paulo. Iniciou-se também a ampliação da coleta de subprodutos de açougues para processamento na graxaria do frigorífico, obtendo-se, assim, significativo incremento na industrialização dos produtos.

Agora, ao completar 56 anos de existência, dirigido pelo filho Ângelo Setim, o Frigorífico Argus traz para o Estado do Paraná um dos mais modernos sistemas de aproveitamento de resíduos de carne. O modelo tecnológico, sucesso na Itália e na Alemanha na área informatizada de produtividade e consciência ambiental, esteve um ano em teste.

Atualmente, 100% de sua operacionalidade estão concluídos. E para comemorar esta conquista, e levar ao conhecimento do público o novo processo, o Grupo Argus realizou, na sexta-feira, dia 16 de outubro, uma solenidade que reuniu autoridades nacionais, estaduais e municipais e também representantes da área agrícola.

O processo, a favor da higienização de produtos agrícolas, amplia a qualidade e o total aproveitamento do chamado subproduto; toda a graxa da carne que até então era jogada fora.

Toda a instalação industrial da graxaria atende às normas solicitadas por órgãos governamentais e ambientais, incluindo estação de tratamento de efluentes e gases gerados no processo.

A modernização do processo incentivou o remanejamento de funcionários que ocupavam a ala antiga do frigorífico, até então manual. Os funcionários nada sofreram com a informatização e maquinário; muitos foram transferidos para o novo setor de tecnologia e outros remanejados para as demais alas do frigorífico. O investimento rendeu ao Grupo Argus o prêmio Desenvolvimento Tecnológico 2009, entregue pela Associação Comercial de São José dos Pinhais.

O Frigorífico Argus Ltda é uma empresa de porte médio, com área de 9.000m², construída em um parque de 60 hectares, situado na BR-376 - Km 19,5, em São José dos Pinhais. Tornou-se um complexo industrial com capacidade de abater 70 bovinos e 120 suínos/h. Atualmente abate uma média de 5.500 bovinos, 4.000 suínos e 500 vitelos/mês. Fornece carnes aos Estados do Paraná - Rio Grande do Sul, São Paulo e couro à Santa Catarina.

Os animais são de raça Zebuína e Européia e provêm do Estado do Paraná. O serviço de inspeção Federal é realizado pelo Ministério de Agricultura do Brasil e funciona junto à empresa, garantindo a qualidade dos produtos. O transporte é próprio, ágil e seguro. Embala e comercializa produtos de carne bovina, caprina e vitelos. Produz ainda farinha de carne para reação animal e sebo para Indústria de Cosméticos e de Sabão.

O Frigorífico Argus gera emprego direto para 450 funcionários. Investe no social e colabora com a promoção humana dos funcionários e suas famílias. É um diferencial que fortalece o bom desempenho da empresa. Valoriza a fidelidade dos negócios, tem grande credibilidade e mantém em dia seus compromissos. É merecedor, portanto, desta justa homenagem por parte desta Casa Legislativa do Paraná, que desta forma também homenageia os trabalhadores da empresa e suas famílias.

REQUERIMENTO Nº 5331

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa seja encaminhado voto de congratulações ao Padre Genésio Viomar, em razão da comemoração jubilar dos 25 anos de vida sacerdotal, com expedição de diploma de Honra ao Mérito.

Nascido em Prudentópolis, filho de Valdomiro e Estefância.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5332

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa seja encaminhado voto de congratulações ao Padre Francisco Kochmanski, em razão da comemoração jubilar dos 25 anos de vida sacerdotal, com expedição de diploma de Honra ao Mérito.

Nascido em Roncador, filho de Anízio e Ana Kovalek, ambos agricultores.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5333

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa seja encaminhado voto de congratulações ao Padre José Novossad, em razão da comemoração jubilar dos 25 anos de vida sacerdotal, com expedição de diploma de Honra ao Mérito.

Nascido em Prudentópolis, filho de Demétrio e Sofia Ratuszner, ele carpinteiro e ela doméstica.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Amaporã, pela passagem, no próximo dia 12 de novembro, do seu 48º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Mauro Lemos, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita, Senhora Francisca Aldenir Almeida da Fonseca, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Amaporã.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Amaporã estará, no próximo dia 12 de novembro, comemorado festivamente a passagem do seu 48º aniversário de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e todos aqueles que sempre colaboram para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

A vida como nos ensinou Jesus Cristo, é para ser cumprida em denodo, altivez, justiça e integridade. Portanto, aquele que se inscreve nos preceitos divinos, dificilmente resvala na indignidade. O Código Público nos indica a decência e a honradez. É isto que devemos perseguir.

Se espelhar em Deus é perseguir continuamente um rosário de condutas que dignificam a alma humana: perdoar, compreender, consolar, repartir, socializar, mas acima de tudo renascer.

Os ensinamentos divinos, se cumpridos fielmente, sintetizam a maior expressão da afirmação da vida. A vida sendo exercida dentro destes conceitos, ainda que eventualmente possa parecer improdutivo, engrandece o homem e contribui para que sejamos a reprodução da imagem divina.

Congratulamo-nos com a população de Amaporã pela comemoração de seus 48 anos.

REQUERIMENTO Nº 5342

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário nesta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Paulo Salamuni, pela posse na Presidência da Associação dos Procuradores do Município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 5347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) pelos seus 40 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na Região Centro-Sul do Estado, abrangendo 22 Municípios em sua área de influência, foi criada pelo Governador do Estado do Paraná, através da Lei nº 6034, de 06/11/69 e Decreto nº 18111, de 28/01/70. É uma das maiores instituições de ensino superior do Paraná, que resultou da incorporação das Faculdades Estaduais existentes e que funcionavam isoladamente, sendo elas: Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa. A personalidade jurídica de cada um dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público.

Fundindo-se na estrutura universitária implantada, foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto

nº 73269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

O início das atividades na Universidade Estadual de Ponta Grossa foi assinalado pela posse do Professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, no cargo de Reitor e do Professor Odeni Villaca Mongrue para o cargo de Vice-Reitor, ambos nomeados pelo Sr. Governador do Estado, Dr. Paulo Cruz Pimentel.

A segunda gestão teve início quando o Governador Dr. Emilio Hoffman Gomes, nomeou para o cargo de Reitor o Professor Odeni Villaca Mongrue e o Professor Daniel Albach Tavares para o cargo de Vice-Reitor, ambos empossados no dia 20/06/74. Tendo em vista a sua candidatura a uma Cadeira do Legislativo Estadual, o Professor Odeni Mongrue renunciou ao cargo ao Reitor, no dia 13/05/78, assumindo interinamente a Reitoria, o Professor Daniel Albach Tavares, que foi, posteriormente, nomeado *pro tempore*.

A terceira gestão iniciou no dia 28/03/79, com a nomeação do Professor Daniel Albach Tavares, para o cargo de Reitor e o Professor Waldir Silva Capote para o cargo de Vice-Reitor, ambos assinados pelo Governador Ney Braga. A quarta gestão iniciou quando o Governador José Richa nomeou o Professor Ewaldo Podolan para o cargo de Reitor e o Professor João Lubczyk para o cargo de Vice-Reitor. Os dirigentes da quinta gestão, ouvida pela primeira vez a comunidade universitária, foram os professores João Lubczyk, Reitor e Lauro Franchin, Vice-Reitor nomeados pelo Governador Álvaro Dias. A sexta gestão foi constituída dos Professores João Carlos Gomes, Reitor e Roberto Frederico Merhy, Vice-Reitor, ouvida a comunidade universitária, foi oficializada pelo ato do Governador Álvaro Dias. O Professor Roberto Frederico Merhy, Reitor e a Professora Leide Mara Schmidt, Vice-Reitora, foram nomeados para os cargos, após consulta à comunidade universitária, por ato do Governador Mário Pereira, dando início a sétima gestão.

Ao fim desta, ouvida a comunidade universitária, os referidos professores foram conduzidos aos seus cargos, passando a figurar como o primeiro caso de reeleição desta instituição, constituindo-se a oitava gestão, confirmada pelo ato do Governador Jaime Lerner. A nona gestão foi constituída pelos Professores Paulo Roberto Godoy, Reitor e Italo Sérgio Grande, Vice-Reitor, escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária e nomeados pelo ato do Governador Jaime Lerner.

A atual gestão é constituída pelos professores João Carlos Gomes, Reitor e Carlos Luciano Sant'ana Vargas, Vice-Reitor, escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária e nomeados pelo ato do Governador Roberto Requão.

REQUERIMENTO Nº 5343

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Fabiana Samara.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Fabiana Samara, Diretora Corporativa de Marketing da Rede Paranaense de Comunicação, onde promove o desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente, projetando e posicionando a marca RPC, através de ações diferenciadas, com estratégias integradas de comunicação, criando e coordenando eventos e projetos especiais.

Seu domínio das técnicas e métodos de análise de mercado, são de fundamental importância para a aplicação das ferramentas de gestão, proporcionando ao grupo, um controle estratégico do mercado e dando sua importante contribuição no crescimento da empresa.

REQUERIMENTO Nº 5344

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Luiz Carlos Xavier.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Luis Carlos Xavier, empossado Desembargador no dia 17 de setembro, um defensor dos direitos do cidadão, protetor das liberdades civis e democráticas, que assegura efetivamente as prerrogativas individuais e sociais. Envolvido com as questões mais relevantes às normas constitucionais, cidadania e direitos humanos, obtém resultados positivos e bons para a realização da paz social e afirmação da cidadania, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Um combatente de excelência, forte e firme na busca da concretização dos preceitos do Direito, que contribuirá muito para o aperfeiçoamento e a difusão da legislação. Um magistrado que exerce suas funções com competência e zelo funcional as suas atividades judicantes.

REQUERIMENTO Nº 5346

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a advogada Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a advogada Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski, presidente da Comissão da Mulher Advogada, que defende a ciência das normas obrigatórias que disciplinam as relações dos homens numa sociedade de forma inviolável, protegendo e promovendo os direitos que propiciam um ambiente de igualdade possibilitando o desenvolvimento do brilho de sua humanidade.

Exercendo seu papel indispensável à administração da justiça e defendendo o Estado Democrático de Direito, através da igualdade de todos os cidadãos, preservando os direitos em sua forma legal, preceitos estes que a norteiam e que a destacam como uma profissional competente e respeitada.

REQUERIMENTO Nº 5318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente o disposto no artigo 54, XXXIII, da Constituição Estadual, após a manifestação do soberano Plenário, REQUER a convocação do Secretário de Estado do Planejamento, Sr. Ênio Verri, para que compareça nesta Casa de Leis, em Sessão Plenária, com a finalidade de prestar esclarecimentos com relação do porque determinou a redução do valor a ser aquinhado à Secretaria de Estado da Educação no Orçamento do Estado do Paraná, exercício de 2010.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 5337

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado de Segurança Pública, para encaminhar informações referente à compra de aeronaves realizada pelo Governo do Estado do Paraná durante o período de 2009:

- Quantas aeronaves foram adquiridas pelo Governo do Estado do Paraná em 2009?
- Recursos de quais fundos ou convênios foram usados para compra dessas aeronaves?
- Para qual finalidade estão sendo destinadas essas aeronaves?
- São aeronaves adaptadas para resgate?
- São aeronaves adaptadas para operação policial?
- Os pilotos receberam curso especializado para conduzir essas aeronaves?
- Qual o valor destinado para a aquisição dessas aeronaves e como é o processo licitatório realizado?

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 5338

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações à Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, para encaminhar informações referente à publicação do edital do concurso para contratação de 2 mil policiais no Estado do Paraná.

- Qual é a data firmada para a publicação deste edital de concurso para contratação de 2 mil policiais no Estado do Paraná?

- Qual a razão para que referido edital ainda não tenha sido publicado, já que conforme declaração citada pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, na Agência Estadual de Notícias em 28/09/09, a assinatura para publicação do edital deste concurso para contratação de 2 mil Policiais no Estado do Paraná seria dada em um prazo de 10 dias, contados a partir da data informada.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 615/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica permitida a instituição do programa de prevenção e punição a atos de pichação dos bens públicos e de terceiros no âmbito do Estado do Paraná, através da formalização de convênios com os Municípios paranaenses, que disponibilizarão suas estruturas administrativas para a consecução dos objetivos propostos, orientados e monitorados pelas Secretarias de Estado da Segurança Pública com o intuito de conscientizar e punir os atos lesivos ao patrimônio público por meio de pichações.

§ 1º Tratando-se de próprios Federais, os Municípios poderão celebrar convênios com a União para a execução de serviços de limpeza ou de recomposição da pintura original danificada por pichação, sem prejuízo de aplicação da penalidade prevista no artigo 3º a seus infratores.

§ 2º Para a execução dos serviços mencionados no parágrafo 1º, deverá ser dada preferência à mão-de-obra de pessoas encaminhadas judicialmente para prestação de serviços à comunidade, em cumprimento de medida sócio-educativa ou de pena restritiva de direitos, na forma estabelecida em sua regulamentação.

Art. 2º Poderá ser criado, através de convênios com os Municípios, o Disque-Pichação, que se constituirá numa Central de Atendimento Telefônico para o recebimento específico de denúncias, contra atos de pichadores, bem como informar a localização do bem público ou de terceiro, pichado, para as providências devidas.

§ 1º Para a consecução do objetivo estabelecido no *caput* deste artigo, o Município manterá um serviço telefônico (Disque-Pichação) à disposição da comunidade, a ser operacionalizado pela Guarda Municipal, quando existir, ou a uma diretoria municipal existente.

§ 2º Não será exigida a identificação do cidadão que fizer uso do Disque-Pichação, sendo expressamente

vedada a divulgação do nome de qualquer pessoa que formalizar alguma denúncia.

Art. 3º Todo e qualquer ato de pichação impetrado contra o patrimônio público ou de terceiros sujeitará o seu causador a uma multa equivalente a 35 UPF's/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), ou índice superveniente.

§ 1º Os Municípios deverão promover a fiscalização dos bens públicos, através de sua organização administrativa existente, sendo que a cobrança da multa estipulada no *caput* deste artigo reverterá diretamente ao Município, devendo ser utilizada para a consecução desta lei.

§ 2º A aplicação e o pagamento da multa de que trata o *caput* não elidirá que o Município promova também as medidas judiciais reparatórias que o caso comportar.

§ 3º Se o causador for menor de idade, deverão ser identificados seus responsáveis, informando às autoridades competentes, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8069, de 13/07/90) e procedendo-se, quanto à reparação dos danos, nos termos da Legislação Civil.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Constitui uma verdadeira praga e um profundo desrespeito pelas Cidades as pichações degradantes que observamos no dia a dia, torna-se cada vez mais intolerável a agressão provocada pelos pichadores, que degradam de forma irresponsável e absurda, monumentos, viadutos, edifícios públicos e particulares e tantos outros locais que mereciam e merecem serem preservados e respeitados.

O Poder Público não pode ser omissor na defesa do cidadão e do espaço público e a população precisa colaborar denunciando os infratores de lei para que estes sejam exemplarmente punidos, afinal não resta dúvida de que todo tipo de vandalismo praticado contra o patrimônio público ou privado deve ser punido exemplarmente.

Além de constituir crime previsto em lei federal (Lei de Crimes Ambientais nº 9605/98, no artigo 65) os integrantes de "grupos de gangues de pichadores" e, desocupados, chegam a desafiar o impossível escalando enormes edifícios sem sequer contar com os aparatos mínimos de segurança, colocando em risco até a própria vida e a dos outros, uns sob a simples alegação de que é protesto puro, outros, de que se trata de uma forma de aventura e de estímulo à adrenalina e, ao final, é a população quem acaba pagando a conta muito cara para a reparação do seu patrimônio conquistado na maioria das vezes com enormes sacrifícios e, quando se trata de obras públicas, embora indiretamente também é onerada.

Medidas sócioeducativas, repressivas ou ocupacionais precisam ser implementadas para banir esta prática abusiva, devendo-se tentar todos os demais tipos de medidas em busca de uma forma que possa solucionar ou pelo menos minimizar tamanho absurdo.

Por se tratar de um projeto de lei oportuno, necessário e em defesa do patrimônio público e dos interesses da população, que não colide de qualquer modo com a legislação ordinária (Lei Federal nº 9605/98), que não cria, institui ou modifica qualquer modalidade de crime, bem como, penalidade e, nem apresenta obstáculo constitucional, apenas destacando o tema que é de extrema relevância, desde já contamos com a colaboração dos nobres Parlamentares para tentar colocar um basta em tão chocante agressão.

PROJETO DE LEI Nº 616/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Atsushi Yoshii.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) TERUO KATO

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como relatado no site da empresa: "em novembro de 1965, a A. Yoshii Engenharia iniciou seus trabalhos em Apucarana, Paraná, prestando serviços para órgãos públicos e autarquias da região.

A partir daquele ano, o crescimento foi um processo contínuo, consolidada em grande parte do território nacional, com excelência nos segmentos de incorporação residencial, construção industrial, agro-industrial e de educação, a A. Yoshii comemora uma importante conquista: o 10º Lugar no Ranking das Maiores Empresa do País no Setor de Edificações Comerciais e Residenciais, segundo o Balanço Anual da Gazeta Mercantil.

Em constante crescimento, a A. Yoshii está presente em boa parte do País com a construção de edifícios, escolas, universidades, teatros, hospitais e ainda segmentos de varejo e tecnologia, que somam cerca de 1 milhão de m2 construídos.

Não bastasse isso, a A. Yoshii Engenharia tem atuação destacado no tocante à responsabilidade social. "Responsabilidade social é um compromisso de cidadania", resume o informativo site da empresa. Assim, a A. Yoshii Engenharia mantém projetos e ações que incrementam a qualidade de vida das comunidades onde atua: apóia programas de valorização do ser humano, de conscientização ecológica e preservação ambiental, de incen-

tivo ao esporte e à cultura. Participa de projetos e obras sociais, como creches e hospitais, além de apoiar projetos de incentivo e viabilização do empreendedorismo em bases tecnológicas. O respeito à comunidade se inicia nos canteiros de obras, onde os funcionários recebem aulas sobre saúde, higiene, utilização racional dos recursos, organização e consciência ambiental. Em todos os locais de trabalho, a construtora desenvolve ações preventivas relacionadas a riscos e impactos ambientais, que vão da reciclagem e economia de água, energia e matérias-primas, ao cuidado com o destino dos resíduos materiais. A coleta seletiva e a reciclagem de materiais estão incorporados ao cotidiano da empresa.

Atsushi Yoshii recebeu diversas medalhas, certificados, prêmios e títulos, dentre os quais o prêmio “SESI Qualidade de Trabalho 2006” o Prêmio Banco do Brasil de Destaque Tecnológico e o título de Cidadão Honorário de Londrina. Também recebeu da Confederação Nacional da Indústria - CNI -, a Ordem do Mérito Industrial.

Homem dedicado à família. A. Yoshii tem um exemplar espírito empreendedor e, ao mesmo tempo, visão voltada para o futuro.

Ante ao exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa ao projeto de lei que ora apresentamos para homenagear este paranaense de coração, o qual, ao longo de sua vida, sempre esteve e está preocupado com o crescimento econômico e social do Estado e de sua gente. Não se trata de uma mera homenagem. É, na verdade, o reconhecimento a um homem que orgulha a todos os paranaenses, especialmente os habitantes da Cidade de Londrina, pelo seu espírito empreendedor e por sua consciência altruísta, com visão sociocomunitária.

PROJETO DE LEI N° 617/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. João Noma.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) TERUO KATO

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nascidos em Tupã, interior paulista, os avós de João, de ambos os pais, trocaram na década de 20 Okayama no Japão pelo Brasil.

Um dos filhos do casal, Ryoishi Noma comprou uma camionete, depois um caminhão FNM e se tornou caminhoneiro, levando café para o porto de Paranaguá. Foi de seu pai Ryoishi que João Noma herdou o gosto pela mecânica e, aos 16 anos, convenceu seus pais a

ajudá-lo comprar um torno-mecânico e uma máquina de solda para abrir uma oficina de caminhões. Nascia, assim, uma história de muito sucesso e trabalho.

A Noma do Brasil S/A foi fundada no dia 01/07/67, com o nome fantasia Brasmecânica. E nestes mais de 40 anos de trabalho somaram-se muitas conquistas.

A Noma do Brasil hoje é destaque nacional e faz parte das 500 maiores empresas do Sul e, ainda, das 100 empresa líderes do Paraná. Gera milhares de empregos diretos e indiretos, e possui receita bruta que ultrapassa dos R\$ 200 milhões por ano.

Não bastasse isso, a Noma do Brasil S/A tem atuação destacada no tocante à responsabilidade social, pois patrocina projetos que têm por meta a preservação do meio ambiente e a educação de populações que vivem em áreas distantes dos grandes centros urbanos.

João Noma recebeu diversas comendas, medalhas, ordens, títulos e prêmios, dentre os quais a Comenda do Mérito Industrial do Paraná e a Ordem do Mérito Industrial do Brasil.

Homem dedicado à família, João Noma é casado desde 1975 com a Sra. Tomoco Mori Noma. Desta feliz e duradoura união nasceram Marcelo, Marcos, Cristiana e Denise.

O espírito empreendedor de João Noma, a visão voltada para o futuro e toda sua história de vida constitui, para todos os paranaenses, um saudável exemplo de trabalho e dedicação.

Ante ao exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa ao projeto de lei que ora apresentamos para homenagear este paranaense de coração, o qual, ao longo de sua vida, sempre esteve e está preocupado com o crescimento econômico e social do Estado e de sua gente. Não se trata de uma mera homenagem. É, na verdade, o reconhecimento a um homem que orgulha a todos os paranaenses, especialmente os habitantes da Cidade de Maringá e região pelo seu espírito empreendedor e por sua consciência altruísta, com visão sociocomunitária.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, por cinco minutos, o Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, presentes a esta Sessão, imprensa, telespectadores que nos acompanham.

Venho a esta tribuna para comunicar toda a Região Oeste do Paraná, através da TV SINAL e da TV MERCOSUL, que tivemos uma reunião importante lá em Cascavel na semana passada, foi a ACIC.

Esta reunião, com a diretoria da ACIC, com a presença da Secretária da Educação do Município de Cascavel, a professora Maristela, com a presença do reitor professor Alípio Leal Neto, que é Reitor do Instituto Federal do Paraná. Tratamos na quinta-feira passada, então, lá em Cascavel, da implantação de seis cursos que terão início no mês de março do próximo ano, na Cidade de Cascavel. São cursos do Instituto Federal de Educação do Paraná, Instituto este que é uma Universidade Federal Profissionalizante, que continuará ofertando cursos técnicos de nível médio, cursos também de pós-médio, e cursos de nível superior, envolvendo cursos formando tecnólogos, formando professores então, cursos com licenciaturas, cursos também formando bacharéis.

Esse Instituto está sendo debatido desde o ano passado, quando tivemos a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná em Instituto, onde o Instituto está trabalhando para serem multiplicados, em todo Estado, os seus *campi*. Então, teremos *campus* em Foz do Iguaçu, teremos em Assis, em Cascavel, em Palmas, em Irati, Umuarama, teremos em Têlemaco Borba, Londrina, Jacarezinho, Ivaiporã. Aqui em Curitiba, a sede da Escola Técnica Federal já é o *campus* de Curitiba, uma extensão já está alcançando aqui o Município de Campo Largo.

Então, essa Universidade Federal Profissionalizante, que aqui no Paraná é denominado de Instituto Federal do Paraná, guarda o princípio que a fundou, que é formar técnicos de nível médio e também do antigo pós-médio, que hoje chamamos de sequencial. E nós, então, estamos evidentemente satisfeitos, por quê? Porque vamos continuar formando técnicos de nível médio, vamos formar técnicos pós-médio, vamos formar professores, e aqui quero inclusive cumprimentar, mais uma vez, o Instituto Federal, professor Alípio e toda sua equipe, porque acolheu uma demanda que nós todos, os Deputados aqui reivindicávamos, que era fazer um curso para complementar o curso da VIZIVALI, conferindo diploma de pedagogos e pedagogas a todos aqueles 35 mil estudantes que fizeram o curso da VIZIVALI e não conseguiram o seu diploma registrado, conforme havia sido combinado.

Agora então, neste mês de novembro, vamos ter a inscrição para este curso, que começará em março do próximo ano, possivelmente até julho do próximo ano haverá a conclusão e teremos então a solução dada pelo Instituto, que nasceu no dia 27 de dezembro do ano passado, já prestando um grande serviço a favor do Paraná, regularizando a vida funcional, profissional de milhares de professores no Estado do Paraná.

Queremos que o Estado do Paraná também contribua, assim como os Municípios estão contribuindo, com a expansão do Instituto no território paranaense, que o Estado do Paraná também contribua com recursos, porque neste momento estamos aqui debatendo o orçamento para o ano de 2010, que nosso orçamento de 2010 também guarde recursos para que o Instituto Federal seja multiplicado e viabilizado em todas as regiões do Estado do Paraná.

Então, é um apelo que fazemos da tribuna para fazer a todos os Deputados e Deputadas, especialmente os companheiros e companheiras que integram a Comissão de Orçamento aqui da Assembleia Legislativa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Segundo orador inscrito, Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sra. Presidente, Cida Borghetti, membros da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso desta tribuna para agradecer a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Segurança, pois estivemos nesta semana que passou em Cianorte e também Umuarama, estive com o Governador entregando dois ônibus para o Consórcio de Saúde de Cianorte. Esses ônibus serão de uso exclusivo dos Consórcios Regionais de Saúde do Município de Cianorte, e estarão conduzindo os doentes para os maiores centros como Maringá, Arapongas, Londrina e Curitiba. São ônibus exclusivos para atender esses doentes. Também entregamos um caminhão para o Corpo de Bombeiros, um caminhão completo, não só contra incêndio, mas também para atendimento de acidentes, caminhão num valor de mais de R\$ 450 mil. Ficamos contentes, porque estivemos entregando em Cianorte e também em Umuarama, dois ônibus para o consórcio e um caminhão para o Corpo de Bombeiros.

Quero agradecer aqui ao Governador, ao Vice-Governador, à Secretaria da Segurança e à Secretaria da Saúde.

Também quero aqui dizer aos Deputados e aos telespectadores do nosso contentamento, estivemos na semana passada inaugurando mais um shopping, Sra. Presidente, em Cianorte, ALL Center Atacadista, 80 lojas de pronta entrega, com estacionamento, praça de alimentação e hotel, com capacidade para 350 compradores. São 15 mil m2 de área construída na Cidade de Cianorte. Para nós é um prazer estar participando do crescimento e desenvolvimento do nosso Município, principalmente no segmento da confecção.

Quero aqui aproveitar este momento para parabenizar o Cleberson e o Delamar, que em um momento de crise que o nosso País atravessa e o mundo, eles realmente bastante otimistas, corajosos, fizeram esse empreendimento em nossa Cidade. A expectativa é de diariamente receber um público estimado de 1 mil a 1 mil e 500 comerciantes de todo o Brasil. Esse é o motivo de contentamento em usar essa tribuna, para parabenizar estes empreendedores e desejar a todos os lojistas e essas pessoas que irão comandar e trabalhar nesse grande shopping em Cianorte.

Muito obrigado.

A SR. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Mario Roque.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Padre Sérgio Sviental Campos mandou um convite a todos os Deputados, que diz o seguinte:

(Lê):

CONVITE

À Assembleia Legislativo do Paraná

Acontecerá a 196ª Festa de Nossa Senhora do Rocio, de 06 a 16/11/09. Temos o prazer de convidá-lo, para participar conosco como Noveneiro Parainfo da Missa Solene no dia 11/11/09 às 19h, no Santuário Nossa Senhora do Rocio, com o tema: "Senhora do Rocio, Mãe que nos ensina a superar os sofrimentos" e terá como celebrante Dom Mauro Aparecido dos Santos, Arcebispo da Arquidiocese de Cascavel.

Desde já agradecemos a sua participação.

(a) Pe. SÉRGIO SVIENTAL CAMPOS

Paranaguá se prepara para mais uma Festa do Rocio

Multidões são esperadas para a 196ª (Centésima Nonagésima Sexta) Festa de Nossa Senhora do Rocio, Padroeira do Paraná, edição 2009, que acontece em Paranaguá entre os dias 06 à 16 de novembro.

Ao lado dos Bispos e Arcebispo do Paraná, os Missionários Redentoristas desenvolverão uma extensa agenda religiosa e social, com missas, bênçãos especiais, novenas para estudantes, sindicatos, classe empresarial e de trabalhadores, imprensa, autoridades, paróquias e comunidades católicas de todo Litoral paranaense, e o tema central da festa deste ano será: Senhora do Rocio, Nossa Mãe.

Nossa Senhora do Rocio tornou-se oficialmente Padroeira do Paraná graças ao pedido dos Bispos deste Estado ao Papa Paulo VI. Assim, em 30/07/77 Paulo VI declarou Nossa Senhora do Rocio Padroeira do Estado do Paraná, e desde então, a devoção tem crescido em todas as regiões deste Estado.

A programação litúrgica para este ano reserva momentos especiais de bênçãos e graças. O pregador das novenas das 6h da manhã, carinhosamente chamada de Novena dos Madrugueiros, será o Missionário Redentorista Padre Marcos Vinícius. Já nas novenas da noite o Santuário contará com a presença de cinco Bispos, entre eles Dom Mauro Moreli, Bispo Emérito de Duque de Caxias/RJ, e quatro Arcebispos, entre eles, Dom Orlando Brandes, da Arquidiocese de Londrina; Dom Mauro Aparecido, da Arquidiocese de Cascavel; Dom Moacyr Vitti, da Arquidiocese de Curitiba e Presidente da CNBB Regional Sul; além de Dom Pedro Fedalto.

No dia 06, abertura da festa, contaremos com a presença do Padre Reginaldo Manzotti. No dia 07 será

realizada a 3ª Procissão Motorizada, saindo da Igreja São João Batista, localizada no Parque São João em direção ao Santuário do Rocio, pedindo paz no trânsito. E no próximo domingo, dia 08, será realizada a 6ª Procissão Marítima pela baía de Paranaguá, que tem um significado muito marcante, pois retoma o encontro da imagem em 1648, a intercessão da Mãe do Rocio na vida dos pescadores.

Dentro da programação das missas, no dia 11 terá a participação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde terei a honra e orgulho de estar presente, representando esta Casa.

Já a gloriosa e aguardada procissão da festa no dia 15, data em homenagem a Mãe do Rocio, e será às 16h, com destino a igreja matriz, localizada no centro de Paranaguá.

Além de dimensão religiosa, a Festa do Rocio também oferecerá manifestações artístico-culturais, no palco externo montado na Praça da Fé. Aliado a tudo isso, quem visitar a festa encontrará expositores, feirantes, artesanato, comidas típicas, parque de diversão, entre outros atrativos.

O lado social da festa também é marcante, onde os alimentos arrecadados, que são doados durante as novenas, são distribuídos às entidades e instituições que trabalham junto aos mais necessitados. A festa também gera emprego para mais de 200 pessoas, além, é claro, da movimentação nos restaurantes e hotéis da Cidade.

Segundo o Padre Sérgio Campos, Reitor do Santuário, a renda obtida na festa será revertida na evangelização, expansão da devoção de Nossa Senhora do Rocio, bem como nos projetos de reforma e ampliação do Santuário e também nas obras sociais da comunidade.

Atualmente o turismo religioso é uma das áreas do turismo que mais cresce no Brasil, e movimenta milhares de pessoas. Em Paranaguá, a devoção à Padroeira do Paraná, tem procurado, sob a liderança do Dom João Alves, Bispo de Diocese de Paranaguá, que com sua simplicidade e carisma tem conquistado muitos fiéis, fazer sua parte tanto no campo espiritual, bem como na geração de oportunidades para a comunidade do Paraná.

PROGRAMAÇÃO:

06 à 14 - 06h, 09h, 18h e 19h - Missas e Novenas;

07 - 15h - Procissão Motorizada - Saída Paróquia São João Batista;

08 - 09h30 - Procissão Marítima - Saída Rio Itibere - Centro Histórico;

Chegada - Trapiche do Rocio;

10h Missa Solene - Praça da Fé.

15 - 16h Procissão Solene da Mãe do Rocio (Santuário/Catedral);

21h Show com Pe. Zezinho.

16 - 16h - procissão de Retorno da Mãe do Rocio (Catedral/Santuário);

18h30 - Missa com entronação da Imagem da Mãe do Rocio;

21h30 - *Show de Prêmios.*

NOVENAS

11/11/08 - *Quarta Feira - 6ª Novena*

06h00 - *Missa e Novena*

09h00 - *Missa dos Estudantes e dos Profissionais de Educação: Colégio Estadual Dídio Augusto de Camargo Viana, Escola Municipal Professora Edineia M. M. Garcia, Escola Municipal João Rocha dos Santos, Escola Municipal Joaquim Tramujas Filho, Escola Municipal Professora Miriam Soares Cunha, Colégio Estadual Dr. Arthur Miranda Ramos, Colégio Estadual Carmem Costa Adriano, Colégio Estadual Professora Regina M. B. de Mello, Escola Municipal Nascimento Júnior, Escola Municipal Professor Naya Castilho, Escola Municipal Professor Rosicleair da Silva Costa, Escola Estadual Ensino Fundamental Porto Seguro, Escola Municipal Almirante Tamandaré, Centro Ed. Inf. Ens. Fundamental e Médio Luso Brasileiro, Escola Municipal Dr. Anibal Ribeiro Filho, Escola Municipal Profa. Francisca Pessoa Mendes, Centro Municipal de Educação Infantil Anita Canale Raby, Centro Municipal de Educação Infantil Rosy Mattar Maia, Centro Comunitário São Judas Tadeu, Escola Ed. Inf. Ens. Fundamental RM. Escola Ursinhos Carinhosos.*

18h00 - *Novena a Nossa Senhora do Rocio;*

19h00 - *Celebrante: Dom Mauro dos Santos - Arcebispo da Aquidiocese de Cascavel;*

Missa: Paróquia São Cristóvão, Centro Paranaense de Curitiba, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, imprensa falada, escrita e televisionada, Receita Federal, Governo do Estado do Paraná, Assembleia Legislativa do Paraná, APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina), Ministério do Turismo, Paraná Tur.

Estamos aqui para convidados, Deputados, os funcionários desta Casa e principalmente todos os católicos do Estado do Paraná. É domingo, dia 15, dia principal, o pessoal sai de casa pela manhã, vai ao nosso belo Litoral, toma um banho, come um camarãozinho - fica da minha cor, já estou vermelho de tanto camarão que como - à tarde vamos à procissão até a igreja matriz, a Rocio, conhecer a Praça da Fé, e vamos ser felizes em nome de Nossa Senhora do Rocio.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Está no comitê de imprensa a jornalista Fabíola, e segunda-feira vou abordar um aspecto de uma lei que fala

do Testa da Orelhinha, que foi aprovado por esta Casa em 2004, tornando obrigatório esse teste para ver se a criança tem problemas auditivo. A lei estabelecia, sancionada até pelo Requião, que tem 60 dias de prazo para regulamentar a lei. Vai fazer cinco anos no mês que vem e a lei está apenas no papel. Muito problema de surdez, detectado quando a criança está saindo da maternidade, poderia ser resolvido.

E-mail do Dr. Eduardo Bezerra, que é médico, ele lembra uma reportagem que saiu e para quem é deficiente visual:

O Jornal da Rede Globo mostrou uma reportagem sobre o Hospital dos Olhos de Sorocaba, esse hospital é da Maçonaria, sem fins lucrativos, ele é conveniado com o SUS e tem capacidade para realizar cerca de 300 transplantes de córneas por mês, pois há um estoque de córneas suficientes para realização dos mesmos, entretanto, esse hospital está realizando somente cerca de 120 transplantes por mês, devido à falta de pacientes.

As córneas não utilizadas estão sendo jogadas fora, por passarem do tempo de utilização/validade!

Repassando de mão em mão, galera este e-mail poderá cair na mão de alguém que conheça uma pessoa que está à espera de córneas.

Ela entre em contato com o Hospital Oftalmológico de Sorocaba/SP. Telefone (15) 3212-7009 - de segunda a sexta-feira. Atenciosamente, Dr. Eduardo Bezerra - Médico”.

Está aí um aviso para quem tem necessidade de um transplante de córnea. Esse grande hospital que existe em Sorocaba, não vai pagar nada se é previdenciário, segundo o médico Dr. Eduardo Bezerra.

Fazer a defesa aqui daquele pessoal que trabalha nesta Casa que é terceirizado. Uma vergonha o salário que eles ganham, é humilhante. A empresa que presta serviço aqui para a Assembleia, tem funcionário aqui que faz limpeza, terceirizado, não é do quadro da Assembleia, e muitos não ganham nem o próprio salário-mínimo.

Deputada Cida Borghetti, pulando dos terceirizados, tem o quadro efetivo desta Casa, Sr. José, Sr. Clenir, Sr. Gaúcho, e a tal da URV? Pelo que estou vendo aqui vai passar o Natal e o saco do Papai Noel vai vir bem murcho. Funcionários da Casa, vão continuar se enforcado na financeira, no agiota, no banco.

Aqui nós fazemos leis, fiscalizamos leis, temos poder até para afastar uma autoridade que não cumpre a lei. Esta Casa aprova lei para pagar URV para o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, para o Ministério Público, o Poder Executivo, e para os nossos funcionários e funcionárias, eles andam se arrastando, se humilhando pelos corredores. Cadê a URV?

Mais uma vez não vou cansar de bater nessa tecla, sim, vamos continuar defendendo os servidores e servidoras desta Casa. Se é lei, a lei tem que ser cumprida. Estou sentindo, do jeito que esta indo o andar nessa procissão, o servidor e servidora desta Casa vão passar o Natal bem amargo, de bolso vazio.

Nosso apelo, se é direito, que seja pago esse benefício para os servidores e servidoras da Assembleia Legislativa.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Recebo e-mail da Vera Rubbo, esposa de policial militar. O policial militar, se reivindicar os seus direitos, vai para a cadeia, expulsam da Corporação.

Ainda falam que aqui é um País democrático, mas a democracia ainda não chegou na Polícia Militar. O policial tem que apanhar calado, tem que sofrer humilhação calado, ele tem que ver a lei não sendo cumprida calado.

Está na Constituição que ele tem direito ao pagamento por subsídio. Ele tem uma perda de quase 30% do seu salário e tantos outros benefícios. O policial civil, com o seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários, ameaçando até uma greve que não vão apoiar, faz cinco anos que o Governo está enrolando.

Como agora a greve da CELEPAR, a greve do SERPRO, se houver greve do policial civil nós vamos apoiar, porque a greve causa constrangimento aos policiais. De um modo geral eles não querem fazer greve, eles querem o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que foi prometido há cinco anos, como também esse pagamento por subsídio para os policiais militares que é da Constituição Federal, que estabeleceu esse benefício para os policiais faz 11 anos.

Nossa homenagem a essa grande guerreira, vera Rubbo, ex-Vereadora em Londrina, esposa de policial, e ela fala aquilo que todas as demais esposas de policiais, gostariam de falar, e os próprios policiais também, mas não podem, são impedidos por força do Regimento Interno da Polícia Militar.

O nosso grande promotor público, eterno Deputado e grande liderança de Maringá, figura muito querida, que prestou um grande trabalho nesta Casa, o eterno Deputado Joel Coimbra, disse aqui: “É, Belinati, infelizes mesmo as palavras do Requião”. Dia desses ele foi reprimido, de público, na “escolinha” de Governo, por ter ironizado o exame de toque retal, aquele exame da próstata que o Requião fez uma brincadeira maldosa. Ele já mandou arrumarem homens para as professoras que o viaíram. O Joel Coimbra me lembrou que um dia o Requião que tinha que arrumar homem para as professoras que estavam vaiando. O Requião foi para o interior e deu de cara com um grupo de manifestantes, com as tabuletas de protesto. Ele mandou enfiar todas aquelas placas naquele lugar. Palavras do Roberto Requião. No entanto, diz aqui o Joel Coimbra, sempre tem seus capachos. Ainda bem que você está aí. Parabéns, um grande abraço, Joel Coimbra, pela sua luta.

Vamos ver, hoje está sendo votada em Brasília uma PEC, de autoria do Paulo Paim. Tomara que esta PEC seja aprovada. É para beneficiar milhões de aposentados do Brasil inteiro, porque o Lula, em que pese ser um

grande Presidente em muitas áreas, mas peca em outras, porque o Lula não é bom para o aposentado, não. É igual aos demais. Continua tudo como antes. Se aprovar a PEC do Senador Paim, quem ganha acima do salário-mínimo e é aposentado, quando subir o salário-mínimo, subirá na mesma proporção o aumento para os aposentados. Está certo! Agora, o Governo está pressionando os congressistas para não aprovarem esse benefício para os aposentados.

Chega a um ponto em que o aposentado perde até a vontade de ter uma aposentadoria melhor, porque cai na boca o leão. Teria direito à aposentadoria melhor. E agora o Lula dá um tratamento desigual. A pessoa que ganha um centavo além do salário-mínimo é tratada com desigualdade. Tem mais de 1 mil aposentados, neste momento, pelos corredores do Senado Federal, e tomara que esta PEC seja aprovada, para corrigir esta grande injustiça contra os milhões de aposentadas e aposentados que já deram o melhor de sua vida, trabalhando durante 30, 35, 40 anos neste nosso Brasil.

Seria interessante passarmos uma sacolinha aqui no prédio da Assembleia Legislativa para fazer uma arrecadação para ajudar uma instituição que diminui seu lucro. Estou com vontade de pegar uma sacolinha e sair recolhendo moedinhas de cada um dos Parlamentares para ajudar esta instituição, coitada! É o Banco BRADESCO. O pessoal do BRADESCO, pelo jeito, está triste. Peguei há pouco na internet, diminuiu um pouco o lucro do BRADESCO. Só que somando o lucro de janeiro até agora dá quase R\$ 6 bilhões. Vai diminuir um pouco o lucro. Então, que tal fazermos uma coleta? Vamos ajudar o BRADESCO! Não chegou a 6 bilhões de lucro. Tadinhos dos diretores do BRADESCO!

Tadinho coisa nenhuma! Pobre do povo que faz empréstimos nestes bancos poderosos, e muitas vezes são levados ao suicídio, à depressão, ao desespero, perdem a casa, perdem os filhos, perdem o carro, porque o coração desses banqueiros é um coração desumano, um coração frio. Eles não têm a maior sensibilidade pelo nosso povo.

Então, está aqui o relatório. Está na internet, neste momento, que o lucro do BRADESCO teve uma diminuição de 5,2% no trimestre. Mas que no ano, o lucro do BRADESCO chegou perto de R\$ 6 bilhões.

Enquanto isso, tenho aqui a notícia de Foz do Iguaçu, isto é uma vergonha, como é vergonha também o grande lucro dos bancos, um paciente com crise de AVC, aqui no Paraná, numa das Cidades mais pujantes do Brasil - vou pedir para a câmera mostrar - um paciente numa das Cidades mais pujantes do Brasil e do mundo, Foz do Iguaçu, paciente passando mal, à beira da morte, Roseli da Silva, ficou na unidade de saúde até às 22h, 11 horas após, Deputado Reni, da entrada naquela unidade da sua Cidade. V. Exa. não é o Prefeito e não é o Secretário da Saúde, mas de quem é a culpa, afinal?

Talvez vão jogar a culpa no paciente. Está virando rotina aqui no Paraná sair no rádio, na TV e no jornal, paciente morrendo dentro de ambulância, no corredor do

hospital, em filas em postos de saúde e em hospitais. Faltam UTIs, faltam ambulâncias, faltam leitos hospitalares, e não para o rico. Para o rico tem UTI com TV a cores, com DVD, com SKY, com TVA, com frigobar, com maquininha de fazer café e tapete vermelho. Só está faltando vaga no hospital para quem é trabalhador ou trabalhadora de baixa renda e temos aqui, sim que defender.

O rico tem direito a ter a sua saúde cuidada quando está doente? Sim. Mas o trabalhador e a trabalhadora também têm direito de serem bem assistidos, de serem assistidos com dignidade na hora em que estão passando mal. Porque quem morre na porta de hospital, dentro de ambulância, quem morre em cima de maca pelos corredores dos hospitais é o povo de baixa renda, é o povo pobre do nosso Paraná.

Como também está aqui a Folha de Londrina de hoje, mostrando mais um acidente com trem aqui no Paraná. Duas crianças foram pular um vagão, o trem estava parado, entrou em movimento e uma menina de 11 anos morreu na hora, na Cidade de Cambé. E um outro acidente com trem ocorreu aqui no Sul do Paraná, com mais uma morte. Defendemos que o pátio de manobra desses trens da América Latina deveriam ser murados, cercados e isolados, para evitar que o povo passe na pressa ou para encurtar caminho. Então, a nossa defesa é para onde tem pátio de manobra de trem, porque estudante pula vagão, trabalhador pula e vira e mexe o trem corta perna, corta braço, mata e deixa sequelas. Então, a responsabilidade é da direção dessa América Latina, que explora o transporte ferroviário no Paraná, que deveria cercar os pátios de manobra para evitar que esses acidentes ferroviários continuem matando ou retirando vidas no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados.

Ontem o Deputado Elio Rusch levantou uma questão muito interessante do que está acontecendo no vizinho Município de Umuarama, em Guaíra, onde índios, quilombolas, estão fazendo com que todos os pequenos e médios produtores fiquem preocupados. E não é só lá, mas na região de Umuarama também, sobretudo pequenos e médios produtores estão passando por situações desesperadoras em face de problemas comparáveis ao que deu origem à disputa entre índios e produtores rurais na região de Raposa Serra do Sol, em Roraima, claro que ressalvadas as diferenças.

(Lê:

“A Câmara dos Deputados realizou, no dia 27 de outubro, Audiência Pública para discutir a demarcação das terras indígenas Xetá, nos Municípios de Umuarama e Ivaté, contando com a presença de Deputados Federais

e cerca de 50 produtores rurais, quando o Presidente da FUNAI, Márcio Meira, prestou esclarecimentos sobre as ações e propostas do órgão na região. Também estiveram presentes os Prefeitos de Umuarama, Moacir Silva, e de Ivaté, Sidinei Delai, além de inúmeras outras autoridades como os Deputados Federais Osmar Serraglio e Moacir Micheletto.

As lideranças de Umuarama e Ivaté estão em alerta, porque consideram absurda a ideia aventada de que uma área de 12 mil e 433 hectares seria demarcada para apenas seis índios originais e 80 remanescentes, contra os legítimos direitos de 500 famílias de produtores que atuam em 172 propriedades rurais, abrangendo diretamente cerca de 2 mil pessoas. Segundo o Deputado Federal Osmar Serraglio, a demarcação das terras não tem qualquer fundamento legal, pois a Constituição Federal define que o marco temporal para a possibilidade de demarcação é o dia 5/10/88, data de promulgação da Constituição.

E esse não é o caso dos índios Xetá, que há mais de 50 anos não habitam a região. ‘É um absurdo o que está sendo cometido, porque isso, além de contrariar a Constituição, irá desalojar mais de 1 mil pessoas que trabalham e produzem em suas terras. A pretexto de proteger uns, vocês estão desprotegendo outros e isso é ilógico no Direito’, alertou Serraglio ao Presidente da FUNAI. Para o Deputado Moacir Micheletto, não há necessidade de tanta terra para pouco índio. Michelto afirma ainda que o relatório inicial apresentado pela antropóloga Carmem Lúcia é mentiroso. ‘Eu afirmo com toda a propriedade que esse laudo antropológico é mentiroso, não condiz com a verdade.’

Os Prefeitos de Umuarama e Ivaté relataram, na Audiência, os primeiros problemas gerados pela possibilidade da demarcação na região. Há muita apreensão e inquietude na área, diante da possibilidade dessas famílias perderem o direito de ali viverem, trabalharem e progredirem. Já não é pequeno o estrago causado com a repercussão do problema, reduzindo o valor das propriedades e, o que é pior, sem compradores interessados em investir na região, além de todo o drama psicológico causado as famílias e na sociedade diante do risco de presenciarmos conflitos em solo paranaense.”

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho certeza que esta preocupação de dois Municípios do nosso Estado tem que ser estendida a esta Casa, para que possamos realmente defender os interesses daqueles produtores que hoje estão desanimados, sem ânimo para produzir alimento, para produzir leite, enfim, para produzir carne.

Tenho certeza de que é de grande valia uma posição também desta Casa a esse delicado assunto, hoje em nosso Estado, em outros Municípios da nossa região. Por

isso, quero pedir o apoio de todos os Deputados Estaduais, para que esses dois Municípios possam ter o apoio de todos os Deputados desta Casa.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. V. Exa. traz algo preocupante sobre essas 1 e 300 pessoas que residem nesses 12 mil hectares de terra e esses seis índios. Sendo que um índio já está morando em São Paulo, um outro em Santa Catarina, e outros já estão em outras tribos. Onde está o movimento social que tanto se fala através dessas ONGs? Para atender seis índios vão despejar 1 mil e 300 pessoas? Inclusive nessa área existe uma vida rural também. Não é movimento social. Existe um movimento de terrorismo na área rural.

Ontem lembrei o fato do Município de Guaíra, da comunidade de Maracaju dos Gaúchos, onde vivem 90 famílias, aproximadamente 300 pessoas que ocupam 600 alqueires de terra. E terra cultivada. Lá existe uma ONG chamada Fundação Clóvis Moura, que estaria seguindo as orientações da Fundação Zumbi dos Palmares, com sede na Bahia. Aqui em Umuarama sabemos que existe uma senhora chamada Carmem Lúcia, que estaria fazendo um laudo para a ONG Terra de Direito, e tudo financiado pela Fundação Ford. Quando vamos devolver a tranquilidade?

Ontem eu disse que tínhamos a paz no campo. Hoje pela manhã, no Município de Guaíra - estou fazendo um apelo ao Governo do Estado que tome as providências - porque hoje de manhã o INCRA e o Governo Federal estiveram em Maracaju dos Gaúchos, acompanhados da Polícia Federal, para fazer a medição. Os agricultores se reuniram e não permitiram a entrada dessas pessoas e não vão permitir. Se os Governos Estadual e Federal não tomarem providências vai haver um confronto, com os agricultores que têm terra há mais de 50 anos. Pessoas que receberam a terra de herança. Estão brincando com o sentimento dos nossos agricultores, com o setor produtivo do Paraná e do Brasil. Até quando os Governos vão admitir isso? Não é possível que não se tome medidas!

Srs. Deputados e senhores paranaenses, o confronto está prestes a acontecer. Lá em Guaíra ninguém vai entrar, porque eles são legítimos proprietários. E a mesma coisa vai acontecer na sua Cidade, Deputado Scanavaca, e vai acontecer em outros Municípios do nosso Estado também. Não é possível você querer requisitar 12 mil hectares de terra, onde vivem 1 mil e 300 famílias, para atender interesse de seis índios, que ninguém sabe quando eles habitaram, nem seus avós, nem bisavós, trazendo terrorismo para os nosso agricultores.

Disse ontem, alertei ontem. Infelizmente nenhuma grande imprensa deu notícia disso. Hoje de manhã estavam lá os agricultores em pé-de-guerra, não aceitam a entrada. Quando é que as nossas autoridades vão se convencer? Depois que acontecer uma tragédia? Aí vão

dizer: “Ah, pois é.” Estamos alertando para que se tome providências!

O terror está implantado no Município de Guaíra, como vai estar implantado em Umuarama, como vai estar implantado em todos os Municípios. Vamos respeitar os nossos agricultores, quem têm escritura, quem tem terra, quem está registrado. São pequenos miniagricultores que eles estão querendo esparramar da terra. Será que temos que erguer nossas vozes aqui na Assembleia? Gritar? Não fazer um pronunciamento, mas sim um discurso para que encontremos eco, para que encontremos respaldo, para que os Governos parem de financiar essas ONGs que querem tirar o direito do proprietário? Não é possível! Quando é que vamos ser respeitados? Quando é que o setor produtivo vai ser respeitado?

Parabéns, Deputado Fernando Scanavaca! E eu disse, hoje de manhã, para Guaíra: se estivesse lá, estaria junto com os agricultores, porque quem não registra não é dono. A terra está registrada, está matriculada, pagam impostos, pagam tudo o que é de direito e produzem para a nossa gente.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT)

Com certeza, Deputado Elio Rusch.

A nossa preocupação é que o que já está acontecendo em Guaíra possa vir a acontecer no Município de Umuarama, no Município de Ivaté, até por só existir uma índia remanescente dos Xetás, que mora em Umuarama, os outros índios já estão todos alojados no nosso Estado. Por isso dessa dificuldade, realmente, que os produtores estão tendo de aceitar. Quando essa antropóloga foi à região, muitas das pessoas foram entrevistadas pensando até em valorizar a região, em dizer que conheciam, ouviam falar que existiam índios na década de 50, de 40.

A maioria desses produtores que tem sua propriedade rural, pequenas e médias propriedades, têm título do Governo, e esse é o desespero que tem, hoje, principalmente pela não liquidez do seu patrimônio, porque muitas das famílias adquiriram de herança e, infelizmente, não tem liquidez. Não tem nenhum comprador na região querendo investir na agricultura, que tenho certeza é de grande valia não só para o Paraná, mas principalmente para o Noroeste. Aqueles produtores, tanto da região de Umuarama, quanto do Município de Ivaté, estão vivendo na intranquilidade e eles não merecem esse desespero, porque são pequenos produtores.

Quando fizemos uma reunião para dizer da preocupação não só dos produtores, mas principalmente das classes políticas regionais, era um desespero de que famílias estariam já preocupadas e, mais uma vez, querendo se mudar da área rural vindo para os bairros, vindo para as favelas das grandes Cidades. Não devemos fazer com que isso aconteça, principalmente agora que todos estamos lutando para que o pequeno e médio produtor possa ter uma renda maior, que ele possa ter o sustento da sua família no campo. Não podemos fazer com que hoje uma

ONG possa levar a intranquilidade a mais de 1 mil pessoas, a mais de 1 mil famílias que estão com essa preocupação de perder suas terras, de não poder mais produzir e viver nesses bolsões, nas misérias das grandes Cidades do nosso Estado e do nosso País.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Queria falar, hoje, da grande preocupação da Região Noroeste do Paraná, tanto do Município de Umuarama quanto do Município de Ivaté.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira, no Pequeno Expediente.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores.

Ontem à noite, assistindo aos telejornais, fiquei ao mesmo tempo perplexo, mas não surpreso, Deputado Edson Strapasson. Faz mais de um mês que semanalmente tento, aqui desta tribuna, pelo menos denunciar esse desrespeito que, aos poucos, estamos vivenciando no nosso País, no nosso Estado, pelo estado democrático. Um estado que custou a vida de muitos, o sonho de muitos e que, hoje, infelizmente, pelos abusos e pelo desrespeito do cotidiano, estamos vendo que a Constituição Federal de 1988, aos poucos, vai se deteriorando,

Ontem foi a vez do nosso Exmo. Presidente do Senado dar uma grande contribuição a este nosso Estado brasileiro, esse Estado que vem ao encontro a isso que está acontecendo em Guaíra, em vários locais do País, onde vimos que o princípio basilar da Constituição de 1988, que é direito que estipula todos somos iguais perante a lei, não é bem assim, existe alguns que são iguais, para outros não. Mas, quando chega o dia em que o Presidente do mais alto Poder Legislativo deste País, que é o Senador Federal, desrespeita uma ordem judicial da mais alta corte do Poder Judiciário, realmente podemos perceber que o estado democrático de direito, ou está prestes a se acabar, ou está na hora de reformar. E um dos Ministros falou: "Está na hora de fazer um balanço." E esse balanço é o que nós, os Parlamentares, alguns tentam aqui, no dia a dia, fazer através da denúncia.

Quando denunciemos que a lei não se aplica a alguns, ou em relação às concessionárias de pedágio, temos a Polícia, em menos de 24 horas, executando uma sentença. Quando é para proteger o direito de ir e vir do cidadão, daí deixa lá esquecido, Mesmo pedindo liminar não é julgado, quando é para assegurar uma reintegração de posse. Temos, muitas vezes, invasões de terra injustificadas e que a reintegração não é feita nem em um ano, nem em dois, nem em três anos. Temos um momento de absurdos acontecendo no dia a dia. E chegamos ao cúmulo de, hoje pela manhã, em uma homenagem aqui

na Assembleia Legislativa, proposta pela Deputada Cida Borghetti ao Dr. Maurício Rejaile, diretor-presidente da Reijaile Distribuidora de Petróleo, bem como o diretor da Distribuidora de Petróleo, a RPD, a única empresa paranaense de distribuição, com mais de 1 mil funcionários, fazer um apelo a nós Deputados e aos Vereadores, autoridades, que estivessem aqui, para que ajudassem o setor de combustíveis do Estado do Paraná, fazendo com que os órgãos cumprissem a lei.

Quando chega a esse estágio de calamidade que o cidadão, seja ele empresário ou não, tem que apelar quase que de joelhos para que a lei seja cumprida, é sinal de que a flexibilização dessa lei já está virando uma regra. E nós, infelizmente, temos visto isso diariamente.

Na semana passada, tivemos aqui a presença do Secretário da Segurança, e coloquei para ele, de forma bem clara, que o cidadão paranaense sente-se órfão do Estado no quesito Segurança, porque ele não vê mais a presença do Estado, já perdeu a administração, a confiança nas instituições e nem mais denuncia. Boa parte dos crimes que ocorrem no Paraná hoje, o cidadão nem procura mais a Polícia para denunciar, porque sabe que não vai acontecer nada.

Na sequência tivemos uma denúncia do Professor Lemos aqui, que como o próprio nome diz, é um membro do corpo docente do Estado do Paraná, fazendo uma denúncia séria no que diz respeito ao investimento do Estado na Educação e na maquiagem que se faz desse investimento.

Então, chegamos à percepção de que estamos em um estado democrático do faz de conta. E daqui a pouco a população vai fazer de conta que respeita este Estado, porque não tem mais o que ser respeitado, e o estado da barbárie vai se instalar.

Então, faço aqui um apelo aos Srs. Deputados, para que continuemos exercitando aquilo que nos comprometemos quando tomamos posse aqui, de guardar a Constituição do Estado e fazer com que a lei seja igual para todos, e quem erre pague pela lei. Esse é o apelo ao novo relator do projeto da Usina de Mauá, porque a lei se aplica a todos, inclusive ao Governo.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost, no Grande Expediente.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Srs. Parlamentares.

Há alguns meses atrás esta Casa Legislativa aprovou um projeto de lei, de nossa autoria, por unanimidade, garantindo os exames mamográficos para todas as mulhe-

res do Estado do Paraná, acima de 35 anos de idade, e para homens, quando houver prescrição médica.

Esse projeto foi muito bem debatido nas comissões, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e foi enaltecido pelos Parlamentares quando aprovado aqui no Plenário. Para nossa surpresa, há algumas semanas o Governador vetou o projeto de lei que estabelecia a mamografia gratuita para as mulheres com mais de 35 anos de idade. Inclusive ele estabelecia que as Cidades-polo do Paraná, até o ano de 2012 se equipassem com aparelhos capazes de fazer a mamografia, para detectar precocemente o câncer de mama. Esse projeto de lei foi baseado em uma proposta apresentada na Câmara Federal, pelo então Deputado, hoje falecido, Dr. José Aristodemo Pinotti, um médico muito conceituado, que foi Secretário da Saúde e da Educação do Estado de São Paulo e Reitor de universidade. Queríamos fazer esse projeto no Estado do Paraná, porque não temos que nos envergonhar quando buscamos uma ideia boa e positiva de outro Estado.

É importante reconhecer que o câncer de mama, hoje, é responsável pela morte de mais de 19 mil mulheres, por ano, em nosso País. Mais de 19 mil mulheres que têm que amputar os seus seios, passar por uma cirurgia extremamente traumática, que causa prejuízos emocionais e psíquicos a elas. Esse projeto tinha exatamente o objetivo que isso ocorresse. Porque aquele exame que as mulheres fazem com as mãos, nos seios, é incapaz de detectar o câncer de mama em fase inicial.

Durante muito tempo foi feita uma propaganda na televisão, com a atriz Cássia Kiss, que aparecia apalpando o seio, ensinando a população a verificar se tinha câncer de mama ou não. Aquilo, no momento, foi oportuno, porque não existia essa possibilidade tão disponível de diagnóstico precoce. Mas hoje a mulher só vai sentir o caroço quando o câncer estiver extremamente avançado, o que fará com que ela passe por quimioterapia, cirurgias extremamente dolorosas e até amputação dos seios.

Ora, se podemos, com as máquinas que temos disponíveis no Estado do Paraná, cobrir todas as regiões, por que o Governador veta um projeto como esse? Não consigo entender, Deputado Douglas Fabrício, não consigo compreender, Deputado Elio Rusch, como é que o Governador Roberto Requião veta alegando que não tem interesse público. Foi esta a alegação, tenho cópia do veto no meu gabinete, veta um projeto para prevenir o câncer de mama, alegando que não há interesse público.

Aí eu converso aqui com o Deputado Alexandre Curi, porque quando eu fico bravo com o Governo o Deputado Alexandre Curi vem conversar, procura acalmar, é meu amigo há muito anos, foi meu estagiário lá na Paraná Turismo, aí meu pai conversa comigo, é amigo do Requião, foi amigo de juventude: “Tenha calma, Ney, vai devagar, o Governador é assim mesmo, é jeito dele, mas não é por mal.”

Agora eu fico pensando, veta o projeto, ligo para o Reitor que hoje é chefe de gabinete lá o Dr. Moreira,

ótimo oftalmologista, converso com ele, fica responsável de conversar com o Governador para que ele reveja o veto, ligo a pedido do Deputado Alexandre Curi, meu prezado amigo. Aí o Reitor, duas semanas depois, me diz que o Governador resolveu manter o veto porque entende que esse projeto não é mesmo de interesse público. Aí na semana seguinte, Deputado Traiano, eu vejo na “escolinha” o Secretário da Saúde lançando uma proposta de prevenção ao câncer de mama, exatamente com algumas das propostas que eu tinha no projeto de lei apresentado nesta Casa.

Outro dia li no jornal que o Deputado Péricles andava reclamando do chefe de gabinete do Governador. Olha, o Governo não pode ser “chupa-cabra” de projetos de Deputados. Agora, se ele pegasse o meu projeto na íntegra e fizesse do jeito que estava, eu até não reclamaria, porque para mim o importante é o bem-estar da sociedade, é que a Saúde funcione adequadamente, é que a mulher mais pobre, mais humilde, de origem mais simples, aquela que não tem dinheiro para pagar um plano de saúde, tenha condições de prevenir-se em relação ao câncer de mama. Mas não. Eles pegaram uma parte do projeto, eles amputaram o meu projeto, como vão ter que fazer com os seios de muitas mulheres se não fizerem o diagnóstico precoce, e simplesmente estavam fazendo um barulho em cima desta questão.

Aí aconteceu aquela gafe, já conhecida de todos, o Governador foi lá, ofendeu os representantes do Grupo Dignidade, disse que câncer só dava em homem que ia à passeata gay, quer dizer, tudo isso contribuindo evidentemente para criar preconceito na população e dificultando o trabalho da classe médica, principalmente o trabalho dos médicos oncologistas, que sofrem barbaridade para tentar curar as pessoas de câncer e hoje em dia, mesmo com toda tecnologia, com todos os remédios, com todos os medicamentos, o câncer continua matando no Brasil e no Paraná.

Bom, o Reitor Moreira me disse que o Governador não vai rever o veto, que decidiu mesmo manter o veto. Quero pedir aqui à Mesa Executiva da Casa e ao Presidente Nelson que este veto seja colocado em votação no Plenário, e quero desde já pedir, com todo o respeito aos nobres Parlamentares, meu caro Deputado Valdir Rossoni, Deputado Durval Amaral, que possamos derrubar aqui este veto, Deputado Alexandre Curi, porque acredito que o Governador Roberto Requião não vetou este projeto em sã consciência. Acredito que ele foi mal influenciado pela sua assessoria. Alguns dos assessores do Governador deram orientações equivocadas a ele, porque não é possível que um Governador do Estado, ainda mais um Governador que quer ser eleito Senador, assuma uma postura contra as mulheres do Paraná, contra as mulheres pobres do Paraná, as que não têm dinheiro para pegar um plano de saúde, que não têm dinheiro para fazer e prevenção do câncer de mama todos os anos, que não têm dinheiro para ir numa clínica particular.

Sinceramente, me esforço aqui para ter boa vontade em relação ao Governo, às vezes eu conto até 10 aqui, sabe Deputado Douglas, conto até 10 para não me irritar, para não ficar nervoso com as coisas que eu vejo. Eu ainda sou muito novo, tenho que respeitar o Governador, não só por ser Governador, não só por ser Governador do Estado, mas pela idade que ele tem e pela idade que eu tenho, ele é muito mais velho que eu, então deve respeito pela idade, mas tem coisas que eu não consigo me conformar, não consigo entender como é que acontecem coisas como essas.

Vou conceder o aparte, depois tenho mais algumas colocações a fazer.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Ney Leprevost, estou percebendo a sua tristeza com esse veto, porque na verdade, quando o Governador toma a atitude de vetar um projeto dessa natureza, ou parte do projeto, ele naturalmente está prejudicando, não o Deputado que propôs, ele está prejudicando a população, e nesse caso especialmente a população mais humilde.

Percebi também, desde que estou aqui na Assembleia Legislativa sempre procurei ter uma postura: se o projeto é bom, voto a favor do Governo, independente; agora, se o projeto não é bom, eu voto contra. Mas os meus projetos, posso até citar, a imensa maioria dos meus projetos também foram vetados pelo Governador. Em um minuto uma história: apresentei aqui um projeto para organizar o Caminho de Peabiru, que é um projeto importante para a minha região, gera desenvolvimento, fomenta o turismo, etc. Esse projeto foi aprovado por unanimidade dos Deputados, inclusive com voto de louvor do Líder do Governo, ajudou, elogiou, etc.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Um aparte ao seu aparte. O Líder do Governo, Deputado Romanelli, agradeço inclusive, quando foi votado esse projeto da mamografia fez elogios públicos ao projeto. Agradeço a ele por isso, e o Governador depois vetou, dizendo que não era de interesse público um projeto para garantir o tratamento precoce, garantir a prevenção do câncer de mama!

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

O mesmo filme, exatamente igual, os Deputados aqui aprovaram o projeto do Caminho de Peabiru. Encontrei o Vice-Governador num evento um dia, ele discursou elogiando o Caminho de Peabiru, etc., etc. O próprio Governador foi à minha região, elogiou favorável, e não sei o quê. Aí, quando foi para ele, Governador, sancionar a lei, sabe o que ele fez? Vetou o meu projeto!

Então, sinceramente, essa história aí, vejo o Governador, até respeito também a pessoa do Governador, mas tem feito cada barbaridade, infelizmente tem prejudicado o povo do Paraná! E nessa história de câncer de mama eu

não preciso nem me alongar muito, veja a barbaridade que ele andou falando na “escolinha” dias atrás!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Queria saber se o Governador senta, lê esses projetos, se ele se dedica, estuda esses projetos, pede pareceres para pessoas conceituadas. Quando é projeto na área de Saúde, parecer para médicos independentes, gente de fora do Governo, que não tenha ranço político para opinar sobre o projeto, ou se ele simplesmente ouve qualquer assessor e vai vetando ou sancionando, vai caneteando. Acho que - acho não, tenho certeza - que um Governador de Estado, antes de tomar a decisão sobre um projeto que vai mexer com a vida de milhares de pessoas dentro de um Estado, tem que se debruçar sobre esse projeto, tem que ouvir as mentes mais brilhantes do Estado para poder fazer uma boa gestão! O Governador não pode se achar professor de Deus e achar que sozinho entende de tudo e vai caneteando conforme o seu humor em relação a algum Parlamentar estar positivo ou negativo: “O Parlamentar, ontem, falou bem de mim na tribuna da Assembleia. Vou sancionar o projeto. Se o Parlamentar não foi muito simpático com o Governo ontem, vou dar uma vetadinha aqui no projeto.” Ora, Governador Requião, não é para mim esse projeto! Esse projeto é para as mulheres pobres do Paraná, que estão morrendo de câncer e que procuram atendimento nos hospitais, que estão espalhados neste Estado, e infelizmente o Governo construiu hospitais mas não os equipou, principalmente com serviços humanos. Lá em Paranaguá morrem pessoas na fila do hospital!

Agora vamos fazer, já marquei aqui, já convoquei, uma reunião da Comissão de Saúde para próxima terça-feira, às 11h da manhã. Estou convidando todos os Deputados, a Associação das Amigas da Mama, a Rede Feminina de Combate ao Câncer, a Associação de Apoio a Criança com Neoplasia, o Conselho da Mulher, e vou convidar até o Grupo Dignidade, porque vamos mobilizar a sociedade para derrubar este veto do Governador a um projeto que é fundamental para a saúde das mulheres do Paraná.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Queria cumprimentar o Vereador Marcelino, da Cidade de Itaguajé, que se faz presente na galeria de honra.

Sra. Presidente, ouvia atentamente o pronunciamento do Deputado Ney, não se frustre, vetos como esse já foram feitos pelo Governador a projetos como, por exemplo, do Teruo Kato, ou deste Deputado que vos fala.

O Poder Legislativo precisa se aperfeiçoar, cada vez mais.

Eu, quando vim a esta Casa, tenho clareza de que as leis que envolvem o planejamento do Estado são apenas três o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA. No PPA, se quisermos, damos o estruturante para o Governador planejar a execução do orçamento para os próximos quatro anos. E nem sempre é dada a atenção devida a este tema. Quando entrei aqui fiz várias emendas no PPA, de certa forma algumas foram contempladas no Plenário, algumas foram aceitas pelo Governador e outras vetadas. Uma emenda que fiz na época foi a da Defensoria Pública, coloquei no PPA de 2003 e ela, até hoje, não foi implementada. Também faço essa crítica ao meu Governo, ao nosso Governo.

No mérito, V. Exa. tem razão, do ponto de vista da intenção da questão dos mamógrafos. Agora, é importante reconhecer, o Estado comprou muitos mamógrafos e colocou nas Santas Casas, nos hospitais regionais, para fazer o trabalho de prevenção. É papel do Poder Executivo regulamentar uma política de prevenção. O Estado, em tese, já está fazendo, não depende desta lei necessariamente.

Se ainda é carente o serviço prestado para o Estado na área de prevenção ao câncer da mama, é verdadeiro, mas é bom que se diga que foram feitas muitas coisas. Ainda há muitas que têm que ser feitas. E do ponto de vista das iniciativas, se confunde muito, de fato, o que é competência do Poder Executivo com o Poder Legislativo. Aquilo que muitas vezes, por uma lei autorizatória cria um programa, se o Governador não regulamentar, não vai existir esse programa. Por isso que tem que fazer o debate em Audiência Pública, nas Comissões Permanentes, fazer o debate técnico, chamar técnicos tanto da parte técnica dos temas, como também especialistas na área legislativa, que muitas vezes temos que fazer a auto-crítica, que muitas vezes não se obedece aqui nesta Casa.

Tem projetos que tramitam aqui, do ponto de vista da competência legislativa, não são da nossa competência, mas porque o mérito é louvável se aprova, e vêm vetados pelo Governador. Isso que aconteceu com esse projeto do Deputado Ney, como tantos outros. Agora, a luta é válida, Deputado. O que temos que ver é se nas políticas de Estado, na prevenção daquilo que, do ponto de vista dos indicadores, do Ministério da Saúde, no tocante às principais mazelas na área da Saúde, estão com a política dirigida diante da realidade dos recursos escassos que existem tanto no orçamento da União, quando no orçamento do Estado.

Às vezes imaginamos que um Governador, ou um Presidente da República, ou um Secretário de Estado, podem fazer milagre, mudar de uma hora para outra as políticas para fazer o aperfeiçoamento daquela política. Eu diria, Sra. Presidente, que era fundamental que esta Casa, que muitas vezes prioriza a quantidade de projetos votados; é a qualidade do projeto e a qualidade do debate que muitas vezes não é feita. Uma lei, muitas vezes, tra-

mita, e sequer é votada com rapidez. Não vai mudar em nada se ela for aprovada para o dia seguinte, ou para a semana seguinte. A sociedade precisa assimilar esse projeto para virar uma política pública do Estado.

Então, o Deputado Ney tem razão na sua fala, mas existem vetos infinitos de Deputados da base do Governo em função de vícios de iniciativa. Vale a luta, porque se faz o debate aqui no Parlamento.

Por isso, vejo que quando vem para esta Casa a lei, o Plano Plurianual, que envolve toda a execução e o planejamento das políticas de Estado para os próximos quatro anos, aí sim se debruçar, criar Comissões Temáticas para a Saúde, para a área de Segurança, para área do emprego, e ver ali se estão contemplados os eixos estratégicos daquilo que se deseja, naquele Governo que acabou de assumir. Por essa lei entra sempre no primeiro ano de cada Governo. Espero que no ano que vem, que é ano eleitoral, e depois, no ano de 2011, o PPA seja debatido com profundidade, que ali seja contemplada a vontade da maioria dos paranaenses que são representados pelos Deputados Estaduais de todos os partidos políticos.

Sra. Presidente, vejo que este Poder está avançando. Temos os nossos problemas aqui, mas precisamos aperfeiçoar o processo legislativo. Temos que fazer tramitar nesta Casa projetos que realmente deem consistência e que passam ser transformados em políticas públicas verdadeiras, no sentido de que o Governador, o Chefe do Poder Executivo que está no momento, consiga executar, regulamentar aquela lei, e fazer com que isso, de fato, atenda o interesse do povo do Paraná.

Portanto, existem, sim, Deputado Ney, ainda limites com relação às políticas de prevenção a saúde da mulher, do homem, das crianças e assim por diante. Mas existem, sim, políticas onde o Estado, nesse período, comprou por exemplo, os mamógrafos. Ainda é deficitário? É deficitário e o mérito da proposição de V. Exa. foi pela aprovação desta Casa.

Estou dizendo que a iniciativa foi de forma equivocada, mas vale a luta. Tem que fazer mais Audiências Públicas, debater o tema para ver se no orçamento, que vamos votar no ano que vem, quem sabe tenha ali a compra de mamógrafos para os hospitais públicos ou Santas Casas, para aumentarmos a eficácia dos exames do câncer de mama e assim por diante.

V. Exa. talvez não tenha ouvido o início da minha fala. Mas falei de vários temas de projetos que foram vetados, inclusive de projetos que são ligados aos Deputados de Governo.

Concedo o aparte do Deputado Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Elton Welter, agradeço por tocar no assunto do meu projeto. Não há preocupação, de forma alguma, da minha parte do mérito do projeto. Não me importo que o Governo capitalize isso, até acho que quem é Governador deve evidentemente divulgar aquilo

que faz. O princípio da publicidade dos atos administrativos está na Constituição Federal.

Agora, veja, o Governador Requião não será Governador eternamente. Ele pode até assumir um compromisso público de instalar esses mamógrafos nas Cidades-polos do Paraná, mas quem garante que o próximo Governador terá também esse compromisso?

Então, creio que não é só deixarmos isso no orçamento, estabelecido, mas deixarmos em forma de lei seria importante, porque não sabemos o dia de amanhã e não sabemos se o Governador que virá irá priorizar Saúde ou não. Se Deus quiser, será uma pessoa consciente, preparada, que terá preocupação com a área de Saúde Pública. Mas estamos vendo aí na mídia, hoje faz exatamente um ano que foi quebrado um grande paradigma, uma vitória da liberdade, uma vitória da diversidade contra o racismo, contra o preconceito. Foi feito há um ano atrás o primeiro negro Presidente dos Estados Unidos, que é o Barack Obama. Mas estamos vendo a luta que ele está enfrentando para conseguir oferecer Saúde de qualidade para a população do seu País. Ele enfrenta resistências dos republicanos no Congresso Nacional.

Creio que seria importante deixarmos esses compromissos em forma de lei, para que os próximos governantes não venham deixar de priorizar a Saúde Pública, que infelizmente, no Brasil acontece com muita frequência.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Quero dizer que não depende da lei para ter mais mamógrafos, mais médicos para fazer o exame da mamografia. Depende da execução orçamentária do Governador que está em exercício, gastar mais com a Saúde. O atual Governo aumentou gradativamente os gastos com Saúde Pública, basta pegar os resultados orçamentários dos últimos exercícios.

Depende da disposição e, já disse a V. Exa., garantir, se possível, no orçamento desta ano, que priorize. Vamos fazer um levantamento, uma Audiência Pública de quantos mamógrafos ainda não estão instalados nas Santas Casas, nos hospitais regionais. O Governador é sensível a isso. O Governador nunca se furtou, tanto é que o que se abriu de centros de saúde voltados à criança, são mais de 300 nos Municípios. O que se criou de UTIs neonatais, diminuindo a mortalidade infantil, foi uma coisa fantástica! Sei, pelos hospitais que atendem o SUS, que são beneficiados pelo Estado na nossa região, que foram colocadas várias UTIs neonatais, mais leitos para atender os usuários do SUS. Isso foi investimento em Saúde.

É natural que o Estado tenha seus limites.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Quero trazer alguns dados aqui. Se não me falha a minha memória de radialista, o INCA - Instituto Nacional de Mamografia, que define essa questão de quem deve fazer o exame de mama - os médicos que estão me assistindo aqui podem até falar depois desse caso - o que

se indica é que as mulheres devem fazer o exame a partir dos 50 anos. E que as mulheres que tenham indicação clínica, de família, devem fazer o exame a partir dos 35 a 50 anos.

O Estado do Paraná, V. Exa. tem razão, está comprando os mamógrafos, e um será colocado naquela casinha de boneca de Ponta Grossa, naquele cemitério, naquele hospital que não vai sair em Ponta Grossa.

Na campanha passada a casinha de boneca, o cemitério, o perfume do hospital. Naquela casinha de boneca, dita por alguns políticos que não têm respeito pelo povo, vai ter mamógrafo. Um belo de um mamógrafo, que vai atender toda a região dos Campos Gerais. Vai atender a sua Piraí do Sul, Deputado, que V. Exa. tem um carinho especial.

Sobre essa questão do programa, que pena que o Governador Requião tenha essas gracinhas que ele faz de vez em quando e atrapalham o seu Governo. Porque naquele dia de gracinha, o mais importante não era a gracinha do Requião, o mais importante era o lançamento, pelo segundo ano consecutivo, da realização de 300 mil exames que serão realizados no Paraná. Exames que estão sendo feitos nesse programa que o Estado estava lançando naquele dia no ano passado o Estado fez 205 mil exames em todo o Estado do Paraná para combater o câncer.

Que pena que a gracinha do Governador tenha sido mais importante que o lançamento de um dos mais modernos programas do Estado do Paraná.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Vale a pena o debate.

Concluo a minha fala dizendo que são fundamentais as Audiências Públicas, convocando as pessoas técnicas das áreas para tentarmos aperfeiçoar as políticas públicas.

É muito fácil fazer a crítica de que a Saúde, a Segurança não vão bem. E sabemos dos limites do Estado, da capacidade de execução do Estado. A sociedade está cada vez mais corresponsável com as políticas, através dos Conselhos de Segurança, dos Conselhos de Saúde, acompanhando mais de perto a execução. E cabe a nós legislarmos pontualmente, para que tenhamos mais investimentos em Saúde Pública, em Segurança, em qualidade de vida do povo paranaense.

Sra. Presidente, antes de finalizar, queria homenagear ainda, porque amanhã é o Dia do Técnico Agrícola, eu também sou técnico agrícola. É uma profissão fundamental para o País. É ele quem faz a extensão, juntamente com outros profissionais, mas é ele quem dá assistência técnica, com sua botina, orienta o produtor na diversificação da sua produção. É ele quem, de fato, ajuda em muito no aperfeiçoamento de novas tecnologias, principalmente para a agricultura familiar.

Minha homenagem e meus parabéns a todos os técnicos agrícolas do Paraná e do Brasil, pelo seu dia, que será no dia 05 de novembro.

Muito obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Para uma informação à Mesa, Sra. Presidente, para convidar a todos os Deputados para Audiência Pública exatamente sobre esta questão dos mamógrafos, que será na próxima terça-feira, 11 horas da manhã, na sala das comissões. Todos os Deputados serão muito bem-vindos e a sociedade, de modo geral, estão convidados para esse evento.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só para informar, eu me atrasei um pouco, mas sempre chego no horário, estava no gabinete atendendo algumas pessoas ligadas a este projeto de lei que estamos apresentando, das funerárias, que está gerando um grande debate no Paraná e que, graças a Deus tivemos bom senso naquele dia, junto com os Deputados, com nosso Presidente, com o Deputado Durval Amaral, Presidente Nelson Justus, no sentido de retirar o projeto para discutir mais. O projeto está tendo uma discussão que eu nunca vi. É uma discussão muito grande em todo o Estado do Paraná, todos discutindo, trazendo subsídios, leis de várias regiões do Paraná e, no dia 10 às 10h da manhã, neste Plenário, faremos uma Audiência Pública para ouvir todos os lados, inclusive a Prefeitura de Curitiba. Aqui estará o, quase meu parente, Augusto Canto Neto, que hoje comanda e que virá falar como funciona em Curitiba. Vamos tratar de outros assuntos, ligados ao IML também.

Então, fica o convite aos Prefeitos, advogados, proprietários de funerárias, pessoas que queiram discutir esta lei que deve vigorar a partir de uma ampla discussão nesta Casa.

Parabéns a todos os Deputados que aprovaram em 1º votação e que agora vão dar oportunidade ao Paraná de discutir e ter um projeto que seja bom para todos.

Era isto, Sra. Presidente.

Horário das Lideranças:**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

No horário destinado à Liderança do PT, concedemos a palavra ao Deputado Professor Lemos.

Liderança do PT: Deputado Professor Lemos**O SR. PROFESSOR LEMOS**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos convidados presentes, imprensa, telespectadores.

Hoje fizemos uma reunião importante, com a presença do Coronel Furquim, que é o Presidente da AMAI, que é a Associação da Polícia Militar do Estado do Paraná; com a presença também do Coronel Souza; com o Dr. Lagana, que é advogado daquela instituição; com a presença do Presidente da SINCLAPOL, que é o André; no COPELEGIS, aqui na Assembleia Legislativa, onde

está a PEC que apresentamos aqui, assinada por 27 Deputados - eram 18, passou para 25, 26 e estamos com 27 assinaturas. E hoje debatemos, pela manhã, com os advogados que assessoram a Mesa Diretora da Assembleia com relação aos projetos e às proposições que aqui são apresentadas.

A PEC nº 064, que trata do subsídio para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, foi bem recebida no COPELEGIS, foi avaliada como necessária para corrigir uma lacuna que existia na Constituição do Estado do Paraná, que não fez a alteração quando fizemos a Emenda nº 007, que corrigiu a nossa Constituição Estadual e deixou para trás as mudanças promovidas pela Emenda nº 019, de junho de 1998, quando fez a reforma administrativa no Brasil. Onze anos e meio depois nós, com o acúmulo que recebemos das instituições da Polícia Civil e da Polícia Militar, trouxemos o debate aqui para a Assembleia. Aqui fizemos pelo menos três debates na Comissão de Segurança Pública, da qual faço parte como membro, junto com os outros Deputados, ela que é presidida pelo Deputado Ademir Bier. A Audiência Pública que realizamos teve a presença de 18 Deputados, no dia 23 de setembro, com a presença de mais de 400 policiais militares e civis, sendo que da Polícia Militar compareceram Soldado, Cabo, Tenente, Sargento, Coronel, Capitão, Major e suas Instituições.

A satisfação que carrego hoje, porque o jurídico, o corpo de juristas da Assembleia que assessoram a Mesa Diretora nos comunicou nesta manhã que, de fato, essa emenda constitucional é necessária. Ela é complexa, porque faz uma mudança na forma de remunerar a Polícia no Estado do Paraná.

Então é, de fato, uma mudança significativa para corrigir uma injustiça feita com a Polícia lá em 1998, quando a Polícia Militar do Estado recebia o segundo melhor salário do Brasil e que hoje perde para quase todos os Estados.

Então, essa alteração precisa ser feita, não vai gerar imediatamente despesa para o Estado, mas vai trazer o comando da Constituição Federal para a Constituição do Estado, para que a próxima mudança no salário da Polícia seja feita por subsídio, corrigindo as disposições havidas e descongelando o salário da Polícia Militar, que foi congelado com o soldo, que hoje não passa de R\$ 378. Isso é bom para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, e é ótimo para o Paraná, porque sem a Polícia Militar e a Polícia Civil valorizadas não teremos Segurança Pública adequada no nosso Estado. É um clamor da população de que precisamos, sim, da Polícia Militar e da Polícia Civil bem tratadas e bem remuneradas no Estado do Paraná. E eles reivindicam há muito tempo e receberam aqui, da maioria dos Deputados, o apoio.

Então, queremos pedir celeridade - porque o ano está para acabar - na montagem dessa Comissão Especial, para que possamos votar até o final do ano essa PEC aqui na Assembleia. Não é a PEC do Professor Lemos, mas é

a PEC de 27 Deputados que assinamos juntos, no dia 23 de setembro, e apresentamos nesta Casa.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Professor Lemos, é um prazer fazer um aparte no seu pronunciamento, mesmo porque participei daquela Audiência Pública, que considero uma das mais importantes dessa legislatura. Foi importante em todos os sentidos, primeiro pela participação dos profissionais da área de Segurança, com exceção do Secretário da Segurança Pública, que infelizmente não se fez presente, mas os policiais civis, militares, policiais de inteligência, policiais da Polícia Científica estavam presentes aqui na Audiência, e teve um avanço extremamente significativo, porque os Parlamentares que aqui estavam assinaram a proposta. Conseguimos 27 assinaturas, e por onde eu vou, viajo muito pelo Estado do Paraná, os policiais que me encontram falam dessa PEC, falam da ansiedade que os profissionais têm pela aprovação aqui na Assembleia Legislativa, porque não depende da sanção do Governador. Isso vai mostrar a força do Poder Legislativo.

Então, como V. Exa. falou, e falou muito bem, com propriedade, não é uma PEC de um Parlamentar, é uma PEC da Assembleia, dos 27 que assinaram, e é importante que se diga, não basta apenas assinatura, precisamos do voto de 33 Srs. Deputados no dia da aprovação da PEC.

É claro que os nossos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, estão buscando junto aos representantes do Legislativo o apoio, a assinatura e também o voto a essa importante PEC. Tem o meu apoio e também concordo com V. Exa., precisamos da máxima celeridade para que aconteça a aprovação imediata para o benefício de todos os profissionais da área de Segurança do Estado do Paraná.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Só para dizer a V. Exa. que eu não vou fazer discurso. Discurso não resolve nada. Eu já assinei a sua PEC porque acho importante para os policiais. É importante que os policiais das suas localidades conversem com os seus Deputados para que eles votem a PEC aqui. Então, sem muito discurso, sem lero-lero, sem marketing, estou com a PEC porque acho que é importante e é uma forma legal da Assembleia impor a vontade dos nossos valerosos homens da Polícia.

Parabéns.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Cumprimento o Deputado Lemos pela PEC. Quero esclarecer que também já assinei, sou favorável ao subsí-

dio para a Polícia Militar. Tenho recebido muitos e-mails ainda de pessoas pedindo que eu assine a PEC. Mas já assinei logo no início, votarei a favor desse subsídio para a PM. E creio ser fundamental também que a Secretaria da Administração agilize um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a Polícia Civil do Estado do Paraná. Polícia bem remunerada e uma Polícia que trabalha melhor, com mais qualidade e menos suscetível à corrupção. Acredito que as Polícias Cíveis e Militar merecem ter seus salários melhorados.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Obrigado, Deputado.

Para concluir, dizer que estamos evidentemente recebendo apoio das Instituições, tanto da Polícia Civil como da Militar, e de outras Instituições que não estão diretamente ligadas à Polícia, mas clamam por melhor Segurança no Estado do Paraná, e sabem que a Segurança Pública passa necessariamente pela valorização, pelo tratamento correto que tem que ser dado aos profissionais que fazem a Segurança no Paraná.

Portanto, venho a esta tribuna mais uma vez para pedir, evidentemente, a celeridade necessária para que possamos, antes de terminar o ano legislativo, votar, aprovar, e esta PEC ser então promulgada pelo Presidente da Assembleia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PSDB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tramita no Congresso Nacional uma emenda constitucional que prevê devolver para as Assembleias Legislativas do País as prerrogativas de criação de novos Municípios em todo o País. É público e notório que essa era uma das prerrogativas que as Assembleias Legislativas tinham e que, lamentavelmente, fomos castrados em função de uma decisão maior, e há mais de 10 anos não temos a criação de Municípios no Paraná e nos demais Estados da Federação. Vejo com entusiasmo essa emenda de podermos devolver a possibilidade, para a nossa gente, de sonhar em ter a independência e de realizarem esse sonho, de verem concretizada essa alternativa da criação de novos Municípios aqui no Estado.

Falo desse assunto com muita propriedade, muita segurança, sem nenhum temor, porque já passei por Prefeituras de pequeno porte. Fui prefeito de uma Cidade de 18 mil habitantes, e da minha Cidade acabaram desmembrando duas comunidades que hoje são pujantes Municípios, ricos economicamente, com uma estrutura

invejável. Com certeza, se isso não ocorresse, estariam neste momento numa condição muito limitada à vontade política, muitas vezes, de governantes que, pela extensão territorial do Município, não conseguiriam atender satisfatoriamente a população como um todo. Advogo essa causa. E tenho a leitura que, quanto maior for a possibilidade de aproximarmos a população dos Poderes constituídos, com certeza estaremos abrindo as portas para que a nossa gente possa viver melhor, em termos de qualidade de vida.

Conheço exemplos claros da minha região do Sudoeste do Paraná. Mais de 10 pequenas comunidades foram criadas, através de lei, e transformaram-se em Municípios. Pequenos núcleos de 20, 30, 50 casas e que hoje se transformaram em belas Cidades, com estrutura invejável, que dá essa condição diferenciada do tratamento das pessoas que, até então, tinham que recorrer para os Municípios-mães. É lógico que temos que estabelecer alguns critérios, avaliarmos a potencialidade de crescimento, o número de habitantes, regras para que também herdem as responsabilidades do Município-mãe.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabricio.

O Sr. Douglas Fabricio (PPS)

V. Exa. traz um assunto muito interessante, a discussão dessa PEC que poderá retornar a criação de novos Municípios.

Tenho uma opinião sobre esse assunto. Hoje, em termos de Paraná, pegando os números do Paraná, mais de 200 Municípios estão sobrevivendo à míngua. O que quero dizer com isso? Está faltando apoio do Governo Federal, está faltando apoio do Governo Estadual e muitos Prefeitos estão “correndo com o pires na mão” para o Presidente para poder ajudar, porque não têm condições, às vezes, nem de pagar o 13º salário, que está chegando a segunda parcela.

Quer dizer, tem muitos Municípios vivendo com muitas dificuldades.

É importante a criação de novos Municípios? É importante. V. Exa. já trouxe o assunto, mas temos que definir alguns critérios. O critério, por exemplo, da área territorial, do número de habitantes, de uma visão de futuro de desenvolvimento, mas, mais do que isso, o Governo Federal teria que assumir um compromisso de repassar mais, aumentar o repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento, enfim, o repasse do Governo Federal para esses Municípios. Hoje, Municípios pequenos que foram desmembrados de outros vivem com mais dificuldades do que quando estavam aliados ao Município-mãe.

Então, temos que realmente lutar por isso, mas lutar muito mais para que esses Municípios consigam receber mais recursos dos Governos, tanto Federal quanto Estadual.

Deputado Traiano, V. Exa. conhece bem isso, quem gera emprego, quem gera desenvolvimento onde as pessoas, são os Municípios. As pessoas não vivem na

União, não vivem nos Estados, mas sim dentro dos Municípios. E estamos fazendo muito, arrecadando muito dinheiro para mandar para a União e para o Estado e, infelizmente, os Municípios sempre “com o pires na mão”, buscando esses recursos que nunca mais voltam.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, mas vamos ficar atentos a essa questão.

Obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Douglas, quero discordar em tese do seu pronunciamento de que a criação de novos Municípios poderia criar complicadores no sentido de continuidade das ações administrativas e do próprio crescimento. Pelo contrário, acho que o que falta na Administração Pública é gestão. Lamentavelmente, temos a visão de muitos governantes que têm uma visão retrógrada. Não quero generalizar, mas fui Prefeito, há 20 e tantos anos, é a mesma ladainha, é sempre o mesmo discurso, a mesma choradeira.

É verdadeira a sua afirmação de que o Poder Executivo, o Governo Federal transfere responsabilidades, mas não transfere o recurso. Mas essa briga é permanente no contexto e no meio dos Srs. Prefeitos Municipais, que brigam, insistentemente, para que o crescimento da receita possa acontecer. Vejo com muita alegria a possibilidade de retomarmos esse caminho da criação de novos Municípios, porque sinto na pele o crescimento que tiveram as pequenas comunas no interior do Paraná. É uma outra realidade, é um outro momento que estamos vivendo. Não vejo o enfraquecimento dos Municípios-mãe, porque também dividimos as responsabilidades, reduzimos a extensão territorial dos Municípios, o quadro de funcionários, enfim, essa possibilidade de crescimento harmônico, propiciando que as pequenas comunas possam, realmente, ter essa possibilidade de emancipação. É uma possibilidade real.

Fico muito feliz em poder advogar essa ideia, até porque percebo que esta possibilidade é real, hoje. Quero crer que os próprios Deputados Federais, Senadores, haverão de somar-se a essa causa, porque teremos, com a criação de novos Municípios, uma consistência de novos Municípios paranaenses, que poderão somar-se a toda essa constenlação de Municípios já criados no Paraná.

Poderemos, assim, promover uma ação conjunta no sentido de aproximarmos cada vez mais a nossa gente tão necessitada, muitas vezes abandonada pelos Poderes Públicos em regiões distantes, e que com essa possibilidade real da criação de novos Municípios, estaremos restabelecendo o direito e a igualdade de todos aqueles que sonham, almejam, desejam poder emancipar-se nas suas pequenas comunidades e fazer parte dessas, que com certeza, é a grande vocação dos paranaenses, que é crescer, fortalecer a economia do Estado e, acima de tudo, gerar divisas e riquezas para a economia do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PMDB: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna, Deputado Ney Leprevost, porque eu - V. Exa. é um Parlamentar inteligente; além de ser inteligente tem responsabilidade política, é Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, e por conta, é claro, de um veto que o Governador Requião fez a um projeto de lei de sua autoria, V. Exa. foi à tribuna e fez um pronunciamento que eu até consigo compreender, porque também tenho muitas vezes alguns rompantes. Mas, penso que a sua responsabilidade não pode deixar que em alguns momentos sejamos tomados pela ira, um dos pecados capitais, e muito menos pela vaidade, que também é um dos pecados capitais definidos por Santo Agostinho.

O fato é o seguinte: temos por parte da Secretaria da Saúde, e muito especialmente pela preocupação do gestor do SUS no Estado do Paraná, que é o Secretário Gilberto Martin, uma política estadual de combate ao câncer de mama, que é um problema grave que afeta as mulheres. E o Governo, através da Secretaria da Saúde, tem feito um grande investimentos justamente para combater o câncer de mama, como tem feito.

O Governo integra o SISMAA, que é o Sistema de Informações do Câncer da Mama. Isso implica no quê? Implica no treinamento, como foi feito ainda recentemente, de 285 profissionais e mais 30 radiologistas em mamografia; temos o Comitê Estadual de Prevenção na Mortalidade por Câncer no Paraná, que foi instituído desde 2006 como uma política de combate ao câncer de mama. Isso resulta em reuniões técnicas e em reuniões gerenciais; temos os laboratórios de patologia, que trabalham em parceria com a secretaria da Saúde. E o interessante é o seguinte - olhem que números interessantes - estamos ano a ano ampliando a oferta do exame da mama, ou seja, da mamografia. Em 2008 foram 205 mil exames realizados. Em 2009 faremos mais do que 300 mil exames de mamografia. E a previsão para 2010 é mais de 400 mil. E por que isso? Por que tanta ampliação? Porque o Governo está terminando de fazer a aquisição de seis novos mamógrafos, que serão instalados para atender a região de Maringá, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Guarapuava, Cascavel e Ponta Grossa, em um investimento de R\$ 900 mil. São mamógrafos de histeropexia, por conta de uma característica que dá ao profissional grande capacidade para poder trabalhar melhor. Estamos fazendo o investimento de R\$ 1 milhão e 100 mil para a aquisição de agulhas grossas para fazer a punção, que depois da mamografia é o que pode identificar se há ou não a ocorrência do câncer no seio, no corpo da mulher.

Coloco esses dados porque com a agulha fina, agulha grossa, com a questão que envolve a parceria com a Associação Paranaense de Patologia, apenas esse convênio, R\$ 1 milhão e 400 mil. Estamos fazendo um investimento, em 2009 e 2010, para incrementar a questão que envolve a prevenção à moralidade pelo câncer de mama, de mais de R\$ 23 milhões.

Dizer, Deputado Ney, Sras. e Srs. Deputados, que esse tema foi objeto de uma discussão, na semana passada, por uma outra variável. É uma grande preocupação a saúde da mulher e especialmente da Secretaria da Saúde.

Quando, Deputado Ney leprevost, V. Exa. - que como disse e repito, é um Parlamentar inteligente, que é Presidente da Comissão de Saúde - vai à tribuna, e por conta do veto do projeto do Governador fica tomado pela ira, sou obrigado a fazer esses contrapontos, no reconhecimento que passa essa questão do veto pela questão da constitucionalidade e não pelo mérito do projeto.

V. Exa. sabe que o Governo tem feito os investimentos. O Secretário Gilberto Martin e toda a sua equipe está trabalhando nisso. Estamos ano a ano avançando, reconhecendo a importância e o tamanho do problema. Além dos profissionais da área médica, que atuam, não só os médicos, mas todos os outros que têm grande preocupação, temos uma estrutura de Saúde Pública neste Estado que funciona muito bem. Embora tenhamos grande dificuldades, avançamos muito.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Romanelli, cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento. Dizer que nesse Centro da Mulher e da Criança, também devemos ter um atendimento diferenciado nesta questão que envolve esses exames.

O que me deixa mais feliz, Deputado Romanelli, quando V. Exa. fala que aquela casinha de boneca, lá de Ponta Grossa, o hospital regional, que durante a campanha de 1996, alguns marqueteiros, demagogos de plantão, diziam que era casinha de boneca, o hospital era o cemitério, que a pedra fundamental já tinha sido colocada cinco vezes, que o hospital não ia sair e que só faltava o perfume do hospital. Pois é! Estamos chegando na reta final da inauguração do hospital e justamente aquele hospital, V. Exa. acaba de confirmar o que eu sabia, vai ter o mamógrafo, quando alguém, quem sabe até da família, vai ser atendida lá no mamógrafo de Ponta Grossa, que vai funcionar já no hospital regional. Como é bom ver uma casinha de boneca, um mamógrafo para atender as mães mais pobrezinhas que não têm plano de saúde e que precisam dessa gigante obra que vem aí: a casinha de boneca.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Jocelito, V. Exa. que conhece profundamente a Saúde, porque uma coisa que eu admiro em V. Exa. é o seguinte: é um homem estudioso, pouco

estudo formal, mas grande estudo da prática e de ver como são as coisas. É o seu senso jornalístico que faz isso, e indiscutivelmente o hospital regional de Ponta Grossa é uma grande conquista, uma grande vitória, e V. Exa. sabe o quanto foi responsável para que esta obra pudesse se tornar realidade.

Concluo aqui o meu posicionamento, Deputado Ney, por reconhecimento que podemos discutir essa questão do seu projeto, mas retome V. Exa. o seu estilo de poder falar aquilo que conhece e de reconhecer que temos profissionais competentes.

Para concluir digo o seguinte: sabemos o quanto temos que avançar ainda no combate ao câncer...

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Em primeiro lugar agradecer pela maneira educada, cordial com que V. Exa. sempre rebate minhas colocações neste plenário, e é assim mesmo, de bom nível, que deve ser o debate político.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O senhor merece, porque é um Parlamentar educado.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Reconheço que quando falo em Saúde Pública, às vezes me exalto, mas é a luta pelo bom combate, Deputado Romanelli.

O senhor sabe que na condição de Presidente da Comissão de Saúde, muitos problemas, não só daqui de Curitiba, que é a região onde atuo, mas do Paraná inteiro, acabam desaguando no meu gabinete. Então, convivo no dia a dia com o nervosismo daquelas famílias que estão com um problema, que estão procurando um atendimento médico. Eu mesmo estou com um assessor que está internado no hospital também, mas acredito que podemos fazer um debate muito profícuo. Convoquei uma Audiência Pública sobre esse veto para a semana que vem, terça-feira, 11h da manhã, peço ao senhor que solicite ao Secretário da Saúde que envie um representante para essa Audiência Pública, para expor os argumentos do Governo a esse veto, e quero acreditar que o Governador, ao vetar esse projeto, como disse no meu pronunciamento, não tenha feito isso por uma questão de não acreditar que pode, com o projeto, ajudar a população, e sim talvez tenha sido orientado de forma equivocada por algum assessor mais próximo. Não sei se foi este o caso. Espero que seja e espero que possamos derrubar esse veto aqui, porque como já disse em outras ocasiões, o Governo pode até estar fazendo serviços de mamografia, prestando exames preventivos, e eu sei que está, em alguns lugares, mas ainda não é em todo o Paraná.

Só para explicar, Deputado Romanelli, e é importante que tenhamos isso na cabeça, os governos não se eternizam. Os homens passam, as leis ficam.

Então, gostaria de deixar esta lei, que até foi uma lei que homenageou o Dr. Pinotti, José Aristodemus Pinotti, que era do seu partido, do PMDB, faleceu recentemente, é uma lei muito semelhante à lei que ele fez no Estado de São Paulo, que foi apresentada por sugestão dele. Vamos tentar derrubar esse veto e fazer com que esta lei possa vigorar no Paraná, até para que os próximos governos, o próximo Governador, que não sabemos ainda quem será, continue investindo na área da Saúde.

Acho que quando você deixa um compromisso na forma da lei, o governante é obrigado a cumprir essa legislação.

Eu citava aqui o exemplo do Obama, faz um ano que ele foi eleito, quebrou um paradigma, o primeiro negro Presidente dos Estados Unidos, mas lá ele está tendo dificuldades com o Congresso Nacional para fazer as reformas que ele quer na área da Saúde.

Então, vamos deixar a lei aprovada, mesmo o Governo colocando na prática alguns dos projetos que a lei estabelece, mas vamos deixar isso na letra da lei, para que amanhã ou depois um Governador que não priorize a Saúde não possa parar esse tipo de projeto.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Ney. Penso que V. Exa. retoma o tema da forma que é o seu estilo habitual, e o relato que fiz aqui é o relato de um compromisso que a Secretaria da Saúde, que o Secretário Gilberto Martin tem com a questão que envolve a Saúde da mulher, e estamos falando aqui da prevenção e da mortalidade da mulher pelo câncer de mama. Sabemos, claro que temos que avançar muito, mas estamos dando saltos anuais aqui: em 2008, 205 mil exames de mamografia; em 2009, mais de 300 mil; em 2010 serão mais de 400 mil. Então, penso que a Audiência Pública é importante, o tema tem que ser debatido, o Projeto de lei, V. Exa. sabe foi vetado única e exclusivamente, não pelo mérito - o mérito do Projeto é muito bom - foi vetado pela questão formal, do ponto de vista da constitucionalidade. Então, é um tema que poderemos estar debatendo num momento apropriado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná que nos acompanham pela TV SINAL. Gosto de subir à tribuna da Oposição para travar o bom combate. Tenho aqui que reconhecer o dom da oratória do Líder do Governo,

Deputado Romanelli, que exerce um bom papel nas defesas do interesse do Poder Executivo na Assembleia Legislativa. Mas também tenho muito orgulho de poder subir a esta tribuna como Parlamentar de Oposição. Desde o primeiro dia que entrei aqui na Assembleia Legislativa tracei a minha diretriz parlamentar, e cabe ao Deputado de Oposição, não somente através de projetos de lei, não somente através de requerimentos, na fiscalização efetiva, também fazer cobranças importantes para a nossa comunidade. Travar aqui, como eu falei, um bom debate; não responder à brincadeiras ou chacotas de baixo nível porque temos que respeitar o Estado do Paraná.

Venho aqui desde o meu primeiro dia, e lembro perfeitamente do meu primeiro discurso, falando sobre Saúde Pública, falando sobre Educação. E principalmente como Presidente da Comissão de Obras, a Comissão que eu escolhi, inclusive pedi o apoio dos Srs. Parlamentares para conseguir chegar à Presidência, justamente para fiscalizar todas as obras que estão sendo executadas no Estado do Paraná. Muitas obras, e o Deputado Romanelli sabe disso, muitas que estavam inclusive paradas.

Hoje, é claro, é muito fácil, e esse é o bônus de quem está do lado de lá, no Governo, falar sobre conquistas, mas mais do que isso, falar sobre o que se deve ter como obrigação. Eu cobro todo santo dia e vou continuar cobrando, eu estava prestando atenção ao pronunciamento do Deputado Ney Leprevost, e digo a V. Exa. Deputado, primeiro que eu o admiro pela sua coerência, por ser um Deputado extremamente combativo. Lembro de um pronunciamento que V. Exa. fez, aqui desta tribuna, a respeito do hospital de Guaraqueçaba, que inclusive está parado, mas o senhor fez um pronunciamento importante na Assembleia Legislativa, que fez com que o Poder Executivo mandasse fiscais para reverem alguns problemas naquela obra. E assim faço também com relação a escolas, hospitais, a obras também de rodovias, porque é essa a nossa missão, é esse o nosso dever como Presidente da Comissão de Obras.

Gostei do seu pronunciamento, Deputado Ney Leprevost, mesmo porque o senhor fez uma crítica ao posicionamento do nosso Governador por ter vetado um importante projeto. Mas não podemos esquecer que a soberania pertence ao Poder Legislativo e temos que derrubar o veto, porque é um projeto de extrema importância para o Estado do Paraná.

Lembro que apresentei inúmeros projetos que foram vetados, mas um em particular me doeu o coração. Um projeto que falava sobre a destinação de casas para portadores de necessidades, ou melhor, cidadãos com deficiência. Casas construídas pela COHAPAR destinadas especificamente à essas pessoas especiais, 7,2 % foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa e chegou ao Poder Executivo e o Governador vetou. Claro, porque pertencemos à Bancada de Oposição, e quem está nos assistindo neste momento sabe que temos, sim, mais

dificuldades. Mas a oposição é essencial para as conquistas, só existem conquistas com as cobranças. Em muitas obras, quando eu assumi aqui como Deputado de primeiro mandato, não existia um tijolo se quer.

Portanto, noto que o nosso trabalho aqui é fundamental e vamos continuar exercendo esse papel preponderante de Oposição responsável. Creio que a Assembleia tem a responsabilidade de trazer novamente o seu projeto para que os Parlamentares consigam derrubar o veto, assim como espero que o meu projeto também, que destina casas para os cidadãos com deficiência, também seja aprovado pela Assembleia.

Agora, quero dizer ao senhor, Deputado Ney, que por incrível que possa parecer não foi sancionado pelo Governador, mas foi adotado como projeto de Governo. Talvez amanhã algum Parlamentar possa querer fazer gracinha, ou querer tentar menosprezar o trabalho dos Parlamentares deste lado, dos Parlamentares que cobram do Governo todos os dias. Talvez amanhã ou depois alguém possa falar: “Deputado Ney Leprevost falava que o hospital não funcionava, estava criando mato.” Mas quando estiver funcionando eu vou lembrar de V. Exa., vou lembrar que o senhor veio aqui para defender os interesses dos cidadãos e não para puxar saco de quem quer que seja.

Sra. Presidente, eu subi à tribuna para falar sobre Educação, gostaria de falar sobre o Projeto de Lei nº 341/09, que está inclusive na longa fila da CCJ. É um projeto muito importante, que fala sobre os jornalistas. Depois do decreto do Supremo, os acadêmicos de Jornalismo perderam muito e ficaram numa situação difícil. E nós aqui, através da Assembleia, defendemos acima de tudo a Educação. Todos sabemos que através da Educação teremos uma sociedade mais justa, avanços sociais em todos os setores. Então, tenho que defender os bancos acadêmicos. E esse projeto determina que nos concursos públicos do Estado do Paraná se cobre, sim, o diploma de jornalista. Isso no edital. É importante e estamos sem essa regulamentação depois desse decreto. É importante também deixar registrado que com o decreto do Supremo, não se extinguiu, em hipótese nenhuma, a profissão. Agora, podemos dar um bom exemplo no Estado do Paraná, regulamentando para os editais para a profissão de jornalista.

Esse projeto está aguardando um parecer da CCJ. Acredito que nos próximos dias, existe uma longa fila, estamos aguardando há muito tempo. É importante, porque educação acima de tudo. É importante valorizar aqueles acadêmicos que passaram anos estudando nas universidades estaduais, e não desconstruir. É claro que é importante e fundamental a liberdade de expressão como colaboradores, comentaristas, radialistas, apresentadores, mas é necessário que se tenha a assinatura de um profissional que passou pelos bancos acadêmicos, nas universidades estaduais ou na federal. Porque, amanhã ou depois, pode se abrir um precedente perigoso, outras profissões também estão correndo risco. Podemos dizer até

mesmo da profissão de educador. Professor de educação física, amanhã ou depois pode sair uma deliberação dizendo que jogadores, esportistas, poderão lecionar. Temos que defender, é importante demais um projeto nesse sentido.

Existe um projeto tramitando na Câmara Federal, mas nesse caso estamos falando de edital estadual. Por isso peço o apoio dos Parlamentares, para que tenhamos o máximo de serenidade para a aprovação de um projeto dessa magnitude.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Democratas: com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero no dia de hoje deixar registrado nesta Casa de Leis, um requerimento que está sendo encaminhado, através de um expediente enviado à Universidade Estadual de Ponta Grossa, congratulações pelos seus 40 anos de existência. A UEPG foi criada pelo Governador do Estado do Paraná, Paulo Pimentel, em 6 de novembro de 1969, através da Lei nº 6034.

(Lê):

“A Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na Região Centro-Sul do Estado, abrangendo 22 Municípios em sua área de influência, foi criada pelo Governador do Estado do Paraná, através da Lei nº 6034, de 6 de novembro de 1969, e Decreto nº 18111, de 28 de janeiro de 1970. É uma das maiores instituições de ensino superior do Paraná, que resultou da incorporação das faculdades estaduais existentes e que funcionavam isoladamente, sendo elas: Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa. A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da universidade sob o regime da Fundação de Direito Público.

Fundindo-se na estrutura universitária implantada, foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73269, de 07 de dezembro de 1973 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.”

Na UEPG, sendo o seu primeiro Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha, com o Vice-Reitor, lá em 1969, Odeni Mongruel. Logo em seguida o próximo período ela teve como Reitor Odeni Mongruel e o seu Vice-Reitor Daniel Tavares; por mais um período o Daniel Tavares com o Waldir Capote; o próximo período Evaldo Podolan com o João Lubizick; depois na sequência João Lubczick Reitor, com o professor Lauro Fanchin de Vice-Reitor;

mais um novo período, João Carlos Gomes, com Roberto Frederico Merhy de Vice-Reitor; no seu sétimo período o Roberto Frederico com a Leide Schmidt Vice-Reitora. Ele esteve na reeleição, foi o primeiro período que foi dado direito à reeleição e o Merhy conseguiu a sua reeleição. No nosso mandato tivemos o professor Paulo Godoy com o Ítalo Grande de Vice. Nos dias de hoje o João Carlos Gomes, Reitor, com o Luciano Vargas de Vice-Reitor.

Quero aqui deixar registrado que todos esses professores ajudaram a escrever a história da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Hoje ela é reconhecida, tendo sempre colocações e avaliações feitas como uma universidade que tem cursos que estão entre os melhores do País e que posso dizer, é um orgulho poder ter estudado nessa universidade, e hoje aqui na tribuna, como um representante de Ponta Grossa, com outros três Parlamentares, poder aqui parabenizá-lo pelos seus 40 anos de existência.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Bem lembrado, mais um momento muito importante do maior patrimônio nosso dos Campos Gerais, que é a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Queria me somar a V. Exa., às homenagens a esse educandário que tem uma história e que passou por momentos difíceis e que lá atrás algumas pessoas tentaram desacreditar dessa universidade.

Nós aqui, juntamente com V. Exa., trabalhamos para que só a verdade estivesse presente, e ela se fez presente. Tanto é que os Reitores que V. Exa. citou fazem parte de um grupo que há muitos anos vêm dirigindo a universidade com competência, seriedade e honestidade.

Por isso quero me somar às suas palavras e cumprimentá-lo, apesar das críticas que aconteceram em relação ao curso de Medicina, que hoje é uma realidade. V. Exa. com todos os problemas, o curso está lá, teve a participação. Há que se dizer, independente do momento, está lá, voltou o curso na sequência. O hospital regional está lá. Pelo menos nunca vi V. Exa. falar que é uma casinha de boneca. Sempre foi um Deputado ponderado, não piadista e que quando fez críticas não usou termos vulgares, ou termos em busca de votos, ataques, chacotas, àquele patrimônio maravilhoso que está lá que é o nosso hospital regional.

Por isso, parabéns, Deputado. Somo-me a V. Exa. e parabéns ao nosso maior patrimônio da Educação do Paraná a nossa UEPG.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço suas palavras e quero aqui para lembrar, em 2001, quando do Roberto Frederico Merhy e da Vice-Reitora Leide Mara Schmidt, começou a implantação do curso de Medicina naquela universidade.

Deixar claro que esse curso foi criado em 1969. Depois de um longo período houve a implantação que começou no ano de 2001, quando o Reitor era o Merhy e Leide a Vice-Reitora. Depois, na sequência dessa implan-

tação, acabou tendo uma interrupção, através de uma ação do atual Governador do Estado, que no decorrer do tempo viu que errou e acabou retornando esse curso que hoje faz parte do patrimônio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e tenho e tive a felicidade de poder interferir, no ano passado, para que esse curso pudesse ser implantado na nossa universidade, que veremos em breve, alunos em sala de aula, novamente assistindo aulas no curso de Medicina, onde espero que possa ser, como os demais cursos, um dos mais importantes do nosso País.

Agradeço à Sra. Presidenta e aos Srs. Deputados e quero dizer, mais uma vez, que a universidade Estadual de Ponta Grossa me orgulha, orgulha aos ponta-grossenses e a todos os paranaenses, por tudo aquilo que ela contribui para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

O Sr. Chico Noroeste (PR)

Gostaria de cumprimentar V. Exa. pela homenagem que faz à UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa, até porque ela participou de um programa muito interessante no Governo passado, que dizia respeito ao curso normal superior, como medidas interativas. Sei que V. Exa. sabe disso, também, um programa do Governo do Estado em que o objetivo era formar os professores da rede pública municipal de ensino, que até então, no Estado do Paraná, não existiam este programa e os professores, para se qualificarem, teriam que se dirigir para outros centros, lembro-me que para Presidente Prudente.

Então, havia naquela época uma necessidade muito grande, aonde os professores corriam atrás da qualificação da preparação, até porque a LDB exigia. E hoje exige que para lecionar é necessário o curso de graduação. Portanto, um programa muito bom, eficaz, e que atendeu aos professores. Era para todos, mas especialmente para os professores da rede pública municipal. Lembro-me este programa foi para várias Cidades do Estado do Paraná, lá para Foz do Iguaçu foi também, em parceria com a UNIOESTE. Funcionou dentro da UNIOESTE e tive a felicidade de ser inclusive paraninfo de aproximadamente 200 alunos. Programa que não foi, a exemplo deste, que está com problema até hoje, um programa bem feito, do Governo do Estado, em que o diploma foi fornecido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Portanto, quero me somar ao seu pronunciamento, parabenizando também a Universidade Estadual de Ponta Grossa pelos 40 anos de existência.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço, Deputado, pelas suas palavras, e fico feliz, como paranaense, em poder ouvir de V. Exa. estas colocações, de mais uma ação importante que a UEPG faz, contribuindo com as pessoas que vivem no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário destinado ao Bloco PTB/PR, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Deputados Antonio Belinati e Luiz Carlos Martins, os dois gênios da comunicação, eu diria que sou aprendiz perto dos senhores, do rádio e da televisão. Se os senhores ouvissem no rádio a seguinte afirmação: “Aquele negócio lé é uma casinha de bonecas!” E risadas. Pronto. “Aquilo lá só serve para cemitério!” Risadas. Pronto. Mais um pouquinho, a sequência: “E até agora não foi lançada a pedra fundamental”. Pronto, mesma coisa. Se o senhor ouvisse o cara dizer: “Só falta o perfume do hospital”. “Aquele hospital nunca vai sair!”

Se os senhores ouvissem isso, como entenderia o senhor, se estivesse do outro lado do rádio? O senhor entenderia como uma crítica construtiva? Será? O senhor entenderia como uma manifestação de gozação, uma peça cômica, um discurso político? O que seria isso, na linguagem de um bom comunicador? E se alguém quisesse, Deputado Plauto, se V. Exa. quisesse um dia usar na sua rádio, concedo a gravação para V. Exa. Isso aconteceu! Isso é realidade!

Oposição, maravilha ser Oposição! É bom ser Oposição. Oposição cobra, briga e faz a sua parte, mas o que é a Oposição? Já ouvi aqui pessoas falarem de filé mignon: “Olha, o Requião come filé mignon!” A Gazeta do Povo de hoje diz que o Beto Richa come camarão, que comprou camarão para ele comer e de bela qualidade, diz Celso Nascimento. Diz da aquisição de 30 quilos de camarão de boa qualidade e de lambari de boa qualidade. Esclarece o Prefeito ao colunista que tudo tem que ser de boa qualidade, camarão bom, lambaris fresquinhos, fazem parte da dieta alimentar não do Prefeito, mas dos bichinhos do zoológico. Os bichinho comem isso. E quais são os bichinhos? A ariranha, a lontra, o urso, o pelicano, a gaivota, o guará e o flamingo. Toda essa bicharada come camarão fresquinho, gostoso e saboroso. É o que diz aqui o Prefeito Beto Richa à imprensa.

Isso está no Celso Nascimento, quem todo mundo gosta de citar. Até queria convidá-lo para vir um dia aqui para o conhecermos, porque vemos o camarada na foto e nunca sabemos se é ele, porque geralmente há produções. Então, para que ele venha um dia fazer uma visita aqui para que o conheçamos, porque todo mundo cita ele: “É o Fábio Campana de ontem.” É a Gazeta, não é? A Gazeta colocou, a RPC, e aí, mesmo que não seja verdade, o povo acredita.

Então, Sra. Presidente, só para dizer dessa questão que envolve as coisas de falar e não saber. Por exemplo, ontem ouvi alguém falando que o Requião voou de helicóptero do FUNREBOM. Aí ouvi o Deputado Belinati, muito justo, dizendo: “Não é verdade, o helicóptero era

emprestado”. Mas já tinha gente querendo cassar o Governador aí.

(Corte no som)

Quero solicitar isonomia, Sra. Presidente. Quero dois minutos para concluir, porque o Presidente concedeu dois minutos ao Romanelli aqui.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

V. Exa. tem o tempo para concluir.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

O Deputado Jocelito está indo tão bem aqui e está fazendo tantas alegrias para nós. Não daria para incluir o horário das Explicações Pessoais para S. Exa. poder explicar melhor?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O Deputado tem os dois minutos concedidos pela Presidência.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado!

E para terminar, Deputado Plauto, o pessoal lá da nossa região de Ipiranga que não se preocupe, porque está resolvido o problema do fumo, vai acabar o problema do fumo, que já deu tanta polêmica aí, porque vem aí a romã para resolver tudo. E se não servir tudo isso, arrumamos emprego para aquele povo lá de Ipiranga, temos bastante emprego lá, mais de 200 carteiras assinadas, nós deveremos resolver isso. Mas aquele povo que fala mal do filé mignon já comeu ali também, já esteve ali do outro lado, fez de conta que não foi, mas foi. É aquela história: “Eu vou, mas não vou”, mas esteve lá, comeu.

Então, para finalizar, o Requião diz que é filé mignon, vi aqui alguém falar. Mas também vi alguém comendo file mignon lá.

Eu já comi, convidou eu vou. Agora, ali do outro lado, no Palácio Municipal, termino minhas palavras dizendo: o Requião é filé mignon, e o Beto Richa disse que ele não come filé mignon, ele comprou na verdade foi camarão fresquinho e também aqui uns lambarizinhos, aqueles que a gente pega. E tudo isso não é para o Prefeito, é para a bicharada do zoológico. Acho que deve ter algum tucano também que não aparece na lista aqui, mas tem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo
(Declinam).

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradeço à Deputada Cida, ela tem um compromisso e por isso me pediu para que assumisse o seu lugar aqui na Presidência.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de registrar neste momento o falecimento, no dia de hoje, da Sra. Norma Lamb. Ela é esposa do primeiro Prefeito de Marechal Cândido Rondon, tinha 84 nos de idade. E vale lembrar que o seu marido, Arlindo Alberto Lamb, é Cidadão Honorário do Estado do Paraná. Ela veio do Rio Grande do Sul, fixou residência na então General Rondon, que era Distrito do Município de Toledo, em 1955. São pioneiros daquela Cidade, e a morte da Sra. Norma deixa de luto não só os seus familiares, os três filhos que o casal ainda tem, a Mirta, a Ledy e o Walter, sendo que o primeiro filho, o Sr. Herbet, já é falecido. Então, faço esse registro com muito pesar. E o Sr. Arlindo Lamb, que estava inclusive aqui em Curitiba, que foi o primeiro Prefeito de Marechal Cândido Rondon, também está em tratamento de saúde, está com problemas sérios, e enquanto ele estava se tratando em Curitiba a esposa dele veio a falecer, no dia de hoje, na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Faço esse registro em nome do Poder, com muito pesar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. Esta Presidência, juntamente com todos os Srs. Deputados, se associa às condolências que V. Exa. expressa na tribuna para toda a família.

Projetos que necessitam de apoio.

Do Deputado Teruo Kato. **Apoiado.**

Do Deputado Teruo Kato. Como eu não tenho certeza se o Deputado pode apresentar dois títulos no mesmo momento, encaminho à Mesa Executiva.

Do Deputado Ney Leprevost. **Apoiado.**

Antes de passarmos à Ordem do Dia, requerimento do Deputado Jonas Guimarães, que requer a antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de novembro, quinta-feira, para logo após o término da presente Sessão. Está em votação o requerimento. Deputado que aprovam, permanecem como estão. **Aprovado.**

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PRB/PSB/PV, que indiquem membro partidário de cada legenda para compor Comissão Especial para apreciar a Proposição nº 017/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva alterar o parágrafo 1º do artigo 133 da Constituição Estadual. Portanto, solicito aos Srs. Líderes que procedam à indicação.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 912/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, reque-

rendo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a instalação de ala de queimados no Hospital Regional do Noroeste do Paraná em Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 913/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, a prorrogação até o dia 30/12/09 do Decreto nº 5230/09, que dispõe sobre os créditos tributários relacionados ao ICMS. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PRB/PSB/PV, indicarem membro partidário para compor a Comissão Especial para apreciar a Proposição nº 071/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva alterar o parágrafo 1º do artigo 133 da Constituição Estadual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Teruo Kato, com apoio do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 5329, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência da Deputada Luciana Rafagnin, na Sessão do dia 04 de novembro do corrente ano, em razão da mesma estar participando, na Capital Federal, de programa televisivo cujo tema é Mulher no Parlamento. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5339, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, requerendo autorização desta Casa para se ausentar do País no período de 15 a 21 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 5340, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 03 de novembro do corrente ano, devido a atraso no voo de retorno a Curitiba. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5323, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de novembro quinta-feira, para logo após o término da Sessão Ordinária, com diminuição de interstício. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 382/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao PROVOPAR, no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 088/09, de 10/08/09, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 442/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 071/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de Loanda. **Aprovada. (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a remessa de telegramas com entrega em mãos e mensagens de correio eletrônicas aos candidatos aprovados em concurso público estadual. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Organização Frederico Guilherme Heche Virmond, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação à emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação Vida e Esperança, com sede e foro no Município de Mandaguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a AMAVIG - Associação de Moradores e amigos da Vila Gusso - Boa Vista, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/07, anexos os Projetos de Lei nºs 298/08, 266/08 e 302/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a instituição do programa para destinação e recolhimento do óleo ou gordura utilizado na fritura de alimentos nos Órgãos Públicos do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 122/07, de 01/10/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 704/07
ANEXOS OS PROJETOS DE LEI NºS 298/08, 266/08 E 302/09

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, visa instituir o programa para destinação e recolhimento de óleo ou gordura utilizado na fritura de alimentos.

Por tratarem de matéria semelhante, foram anexados os projetos de lei acima referidos.

Chamada esta relatoria para se manifestar acerca da constitucionalidade, concluímos não haver óbice à normal tramitação do projeto, atendendo pela constitucionalidade do presente projeto.

Assim, somos de parecer favorável a aprovação do presente projeto de lei na forma do substitutivo geral apresentado.

Sala das Comissões, em 24/08/09.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 704/07
ANEXOS OS PROJETOS NºS 298/08, 266/08 E 302/09

Art. 1º Fica instituído, no Estado do Paraná, o programa de incentivo à reciclagem do óleo de cozinha para a produção de biodiesel, através da desoneração progressiva no pagamento de impostos estaduais.

Parágrafo Único. O incentivo referido no *caput* deste artigo será instituído por regulamento do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O programa de que trata o *caput* do artigo antecedente será efetivado mediante a adoção de medidas estratégicas de controle técnico, com as seguintes finalidades:

- I - Não acarretar prejuízos a rede de esgotos;
- II - Evitar a poluição dos mananciais;
- III - Informar a população quanto aos riscos ambientais causados pelo despejo de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal na rede de esgoto e as vantagens múltiplas dos processos de reciclagem;
- IV - Conscientizar e motivar empresários do setor gastronômico da importância de sua participação na reciclagem e destinação final do óleo saturado;
- V - Incentivar a prática da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário, doméstico, comercial ou industrial, mediante suporte técnico, incentivo fiscal e concessão de linhas de crédito para pequenas e médias empresas, que operem na área de coleta e reciclagem permanentes;
- VI - Favorecer a exploração econômica da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, desde a coleta, transporte e revenda, até os processos industriais de transformação, de maneira a gerar empregos e renda as pequenas e médias empresas;
- VII - Criar e incentivar galpões de triagem do Estado do Paraná a incorporarem à reciclagem do óleo saturado e destiná-los a grupos da comunidade para a geração de emprego e renda.

VIII - Estabelecer parâmetros de controle rígido sobre as empresas recicladoras, para que se cumpra o que determina as portarias e resoluções do CONAMA sobre resíduos sólidos e gasosos, em especial, aos efluentes líquidos lançados, devido a sua alta carga poluente oriunda do processamento de óleos e gorduras.

§ 1º Entende-se por política estadual de tratamento e reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário, para fins desta lei, a otimização das ações governamentais e não-governamentais, buscando a participação do empresariado e das organizações sociais, com o objetivo maior de:

a) conceder apoio estratégico e aprimorar a atividade econômica da reciclagem de matéria residual de gorduras de uso alimentar;

b) buscar o cumprimento de metas de proteção ao meio ambiente, informação aos consumidores e conscientização da sociedade a respeito de danos provenientes do descarte residual no meio ambiente e das vantagens da prática de sua reutilização em escala industrial.

§ 2º O programa de que trata esta lei, incentivará estudos, desenvolvimento de projetos e outras medidas, voltadas ao atendimento das finalidades elencadas nos incisos deste artigo, especialmente no tocante a seu suporte técnico.

Art. 3º Constituem diretrizes do programa:

I - discussão, desenvolvimento, adoção e execução de ações, projetos e programas, que atendam às finalidades desta lei, reconhecendo-as como fundamentais para o bom funcionamento da rede de esgotos, bem como da preservação dos mananciais;

II - busca e incentivo à cooperação dentre União, Estados, Municípios e organizações sociais;

III - estímulo à pequena empresa e ao cooperativismo;

IV - estabelecimento de projetos de reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso alimentar, e de proteção ao meio ambiente, enfocando, principalmente, os efeitos da população em decorrência do descarte residual de gorduras culinárias;

V - a atuação no mercado, através de mecanismos tributários e de fiscalização, procurando incentivar-se as práticas de coleta e reciclagem de óleos e gorduras de uso culinário, ampliando-se em larga escala;

VI - execução de medidas para evitar a poluição decorrente do descarte de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal e uso culinário na rede de esgotos, exigindo-se da indústria e comércio a efetiva participação em projetos a serem desenvolvidos e executados para os fins desta lei;

VII - incentivo à instalação de postos de coleta administradas por empresas especializadas na reciclagem de óleos e gorduras vegetais, devidamente licenciadas perante os órgãos competentes;

VIII - manutenção permanente de fiscalização sobre indústria de alimentos, hotéis, restaurantes e similares, e outros grandes geradores, para verificação da correta destinação dos óleos e gorduras para empresas especializadas na reciclagem e devidamente licenciadas para a atividade, ficando sujeitos a notificação e multa;

IX - promoção permanente de ações educativas, com vistas aos fins desta lei;

X - participação de consumidores e da sociedade, por seus representantes, nas discussões que antecederem o planejamento da implementação do programa;

XI - estímulo e apoio às iniciativas não-governamentais voltadas à reciclagem, bem como a outras ações ligadas às diretrizes de política ambiental de que trata esta lei;

XII - promoção de campanhas de conscientização da opinião pública, inclusive de usuários domésticos, visando a despertar a solidariedade e a união de esforços em prol dos objetivos desta lei;

XIII - realização frequente de diagnósticos técnicos junto aos consumidores de óleo e demais gorduras de uso culinário, especialmente em escala comercial e industrial, obrigando-os a manter em arquivo os devidos relatórios trimestrais de destinação final, emitidos por empresas recicladora devidamente licenciada para a atividade;

XIV - realização de campanhas educativas permanentes voltadas ao consumidor domiciliar.

Parágrafo Único. Todos os projetos e ações voltadas ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nos incisos anteriores serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade civil.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Estadual e/ou Municipal, através da Secretaria do Meio Ambiente, responsável por credenciar empresas, associações ou cooperativas que possuem qualificação técnica através de critérios apontados por órgãos competentes, para a execução do serviço de coleta, transporte, e reciclagem do óleo utilizado nos estabelecimentos ligados ao Poder Público.

§ 1º As despesas decorrentes do disposto acima, correrão por conta das empresas interessadas em realizar o serviço de coleta, transporte e reciclagem, sendo o Poder Executivo Estadual responsável pela divulgação, conscientização, sendo o Poder Executivo Estadual responsável pela divulgação, conscientização e fiscalização através dos seus órgãos competentes na área ambiental e urbana, e nos órgãos ligados à educação estadual.

§ 2º Apenas empresas ou associações cooperativas, devidamente cadastradas e enquadradas nos critérios técnicos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente, poderão exercer essa atividade no Estado do Paraná.

Art. 5º Os veículos públicos do Estado do Paraná passarão, progressivamente, a utilizar o biodiesel produzido a partir da reciclagem do óleo de cozinha.

Parágrafo Único. A frota de veículos do Estado do Paraná será adaptada para a utilização do biodiesel conforme regulamento do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Os restaurantes e estabelecimentos comerciais e industriais que servem refeições ficam obrigados a entregar o óleo comestível usado para reciclagem, nos postos de coleta indicados pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Parágrafo Único. O descumprimento do disposto neste artigo impede os estabelecimentos citados e usufruir de incentivos fiscais instituídos no Estado do Paraná.

Art. 7º Fica autorizada a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Biodiesel no Estado do Paraná, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 704/07
ANEXOS OS PROJETOS NºS 298/08, 266/08 E 302/09

P A R E C E R :

Os projetos de lei acima indicados versam sobre a criação do programa de recolhimento e destinação de óleo ou gordura de cozinha, estimulando sua reciclagem através da desoneração no pagamento de impostos estaduais.

Atualmente, é grande o consumo de óleo vegetal e animal nas cozinhas industriais e domésticas. Os resíduos deste produto acabam por ser descartados inadequadamente no meio ambiente, causando-lhes danos de difícil e onerosa reparação. Apesar disso, existe a possibilidade da reutilização destes resíduos por meio da reciclagem como na industrialização do óleo descartado, transformando-o em biocombustível; e a aplicação do óleo usado como componente de resinas, tintas, produtos de limpeza e até como ração animal.

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, já tomaram providências para conter o desgaste ambiental causado pelo lançamento dos óleos e gorduras usadas no meio ambiente. Em São Paulo, desde o ano de 2005 já vigora a Lei nº 12047 que institui o programa estadual de tratamento e reciclagem destes resíduos. No Rio de Janeiro, a refinaria de Manguinhos tem capacidade para processar 4,5 milhões de litros de óleo vegetal, utilizados na produção de biodiesel. Já no Distrito Federal, a reciclagem do óleo de cozinha para Refinaria ECOBRAS chega a um potencial de 50 mil litros por dia. Todas estas medidas são fundamentais para a conservação de um meio ambiente limpo e que assegure a saúde da população.

O Estado do Paraná tem agora a oportunidade de avançar na defesa ambiental com a ratificação do projeto em análise. Destaque-se que a iniciativa promove importantes benefícios à sociedade, ora pelo proveito sócio-econômico tal como a geração de renda e emprego. Ora, pelo progresso imensurável na defesa do Meio Ambiente, como a mitigação da queima de combustível fóssil e a melhoria na pureza da água tratada e distribuída.

No mérito, por todos os motivos mencionados, a presente comissão emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 704/07, e anexos, na forma do substitutivo geral apresentado.

Sala das Comissões, em 29/09/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
ROSANE FERREIRA - Relatora

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, por uma decisão política da CCJ, o projeto de autoria do Deputado Marcelo Rangel foi aprovado. Quero dizer aqui que o projeto é interessante,

embora seja redundante, porque por conta da competência dos Municípios esses programas de reaproveitamento de óleos de frituras têm sido desenvolvido com grande sucesso. Cito Cornélio Procópio, onde tem um programa municipal, que o resultado é muito interessante e funciona muito bem.

Primeiro: é competência do Município e não do Estado; segundo: o programa impõe ao Poder Executivo uma obrigação que gera despesas, por isso fere a Lei Complementar nº 101. Além do que não é competência do Parlamentar projeto dessa natureza. Sem discutir o mérito, a proposta, o conceito. É bom? Claro que é bom!

Agora há pouco, ouvi o autor do projeto, Deputado Marcelo Rangel, ir à tribuna e protestar sobre projetos de autoria de Parlamentares que são vetados pelo Poder Executivo. Como se no Palácio das Araucárias existisse uma sala de malfeitorias, única e exclusivamente para poder vetar os projetos que são de autoria dos Parlamentares, e aí no caso do argumento do Deputado Marcelo Rangel, dos Deputados de Oposição aqui da Assembleia Legislativa.

Bom, os vetos todos têm que ser fundamentados, ou por conta da questão da inconstitucionalidade, ou contrário ao interesse público, na visão do Chefe do Poder Executivo, conforme é o mandamento constitucional. Não posso ser omissor. Normalmente eu votaria aqui, porque penso eu, a ideia é boa, eu gosto do projeto, muito provavelmente o Poder Executivo vai vetar o projeto por ser inconstitucional, e depois o Deputado Marcelo Rangel vai subir à tribuna, vai fazer um discurso dizendo que o Governo veta os projetos que são da Oposição. O projeto dele é flagrantemente inconstitucional e eu não vou aqui. Sr. Presidente, obstar o trabalho de um Parlamentar tão brilhante quanto é o Deputado Marcelo Rangel.

Não vou aqui encaminhar contrário, mas estou fazendo este registro porque, depois, uma coisa é na hora de aprovar o projeto e se tenta superar a questão da inconstitucionalidade e tal, enfim, até por conta que temos que reconhecer que é necessário que o Parlamentar possa produzir, do ponto de vista intelectual, e essa produção possa ser produtiva, possa ser, de fato, profícua, a favor do Estado do Paraná. É boa a ideia? Claro que é. Agora, depois vem o veto, Deputado vai à tribuna dizer que está sendo discriminado. Então, só faço este registro aqui.

Os demais Pares ficam liberados para votar como quiserem, mas, indiscutivelmente, haverá depois um discurso contra o veto que, eventualmente, poderá acontecer.

Então, fica aqui este registro, Sr. Presidente, com o devido respeito ao autor do projeto, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)
Para encaminhar, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Rapidamente, para dizer que é um projeto muito interessante do ponto de vista ambiental, fala sobre reciclagem. Na verdade, ele não oferece despesa ao Poder Executivo. Portanto, acho que é um bom projeto. Peço o apoio dos Parlamentares para aprovação pela constitucionalidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, tenho preocupação, também, como o Deputado Romanelli. E o Deputado Romanelli colocou que a CCJ aprovou até numa questão de apoio político, moral. Deputado Romanelli colocou muito bem. Agora, tenho duas preocupações: primeiro, sobre estes projetos que estão anexados: qual é a sequência deles? Qual a profundidade deles? Qual a semelhança com o atual?

Eu que já fui Prefeito, Deputado Romanelli, sei como é difícil. Às vezes, até vem uma boa sugestão do Parlamento. Às vezes, o Vereador encaminha alguma coisa boa, mas a bússola de um Prefeito, Deputado Belinati - V. Exa. que já foi três vezes Prefeito, só não foi a quarta porque lhe “ganhamam no tapetão” - é o orçamento. O Prefeito tem um orçamento a cumprir e ele dirige suas ações, Deputado Roque que já governou também, baseado num orçamento. Imagine se todos os Deputados aqui quisessem cada um criar 50 programas que o Governo tinha que cumprir. Deputado Praczyk apresenta 50 programas, Deputada Rosane mais 50, 54 Deputados apresentam 50 situações de programas que obrigam o Governo a fazer. Como é que o Governo vai cumprir tudo isso? De onde ele vai tirar o dinheiro? Em que parte do orçamento ele vai mexer?

Daí eu vejo Parlamentares reclamando aqui: mas, e a segurança? Está faltando dinheiro para os policiais, está faltando viatura, está faltando não sei o quê no IML. Mas, o que é mais importante: é cumprir o orçamento e os programas estabelecidos que dão certo, ou ficar criando projetos? Às vezes tem alguns políticos que criam esses projetos para dizerem que são os reis desses projetos. Isso acontece. Alguns parlamentos por aí, têm aqueles políticos que apresentam 100 projetos para dizerem que apresentaram 100, mas a Comissão de Constituição e Justiça cancelou 90 porque eram inconstitucionais. Posso apresentar 500 projetos amanhã, sendo que 498 são inconstitucionais. Então, essa é a minha preocupação no que se refere aos programas.

E até, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que tem experiência, precisamos discutir mais a legalidade desses programas. Daí o Governador recebe, ele tem os seus programas e não implanta os outros porque ele foi eleito pelos programas que apresentou na campanha, como o Osmar Dias está fazendo agora, está viajando pelo Paraná apresentando os seus programas, ouvindo a população, como o Beto Richa está fazendo. Depois ele coloca os

programas em prática. Mas, daí vêm os Parlamentares e cada um apresenta 50, 60 programas, como vai fazer?

Então, cabe ao Legislador, às vezes, se obriga a vetar um projeto desses, o projeto não é ruim, mas não comporta na bússola de um Prefeito, de um Governador, que é o orçamento. Só comporta no orçamento aquilo que todo mundo já sabe, quem já governou, já foi Prefeito sabe que a bússola é o orçamento. Então, se ele tivesse que cumprir todos os programas, ele não conseguiria.

Essa é a minha preocupação e, pediria ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que precisamos discutir mais essas questões, esse grande número de projetos que a maioria é inconstitucional, vai lá, bate e volta. E daí se tem aqui a crítica de que o Governo vetou porque não gosta de quem, não sei o quê, e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Para Encaminhar)

Coube a mim como membro e Vice-Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente relatar, dentro da Comissão, o projeto do Deputado Marcelo Rangel. Primeiramente, acho que temos que atentar para o projeto propriamente dito: “Fica no artigo 1º, do referido projeto, instituído o programa estadual de destinação e recolhimento do óleo vegetal, utilizado ou não na fritura de alimentos, dos órgãos públicos do Estado”. No artigo 3º, o Deputado Marcelo Rangel teve o cuidado de colocar: “O Poder Executivo deverá estabelecer normas específicas para o controle de emissão desse poluente, devendo o mesmo, através de campanhas educativas, determinar e direcionar o uso do óleo”. Ou seja, é uma lei que eleva responsabilidade ao Poder Executivo, mas também dá ao Poder Executivo a liberdade de regulamentar a presente lei.

Então, não vejo dificuldades do nosso Governador sancionar uma lei dessa natureza que é de suma importância para a questão ambiental. Hoje já e lei desde 2005 no Estado de São Paulo o destino adequado do óleo de cozinha. E uma outra questão que acho que o Estado tem que intervir, o óleo despejado inadvertidamente na Cidade de Colombo ou aqui em Curitiba, vai chegar onde? Vai passar por Araucária, por São Mateus do Sul, União da Vitória, Foz do Iguaçu. Ou seja, temos que proteger o nosso meio ambiente e a água.

Então, quero me posicionar favorável ao projeto do Deputado Marcelo Rangel tanto na questão do mérito, que vamos discutir na segunda votação, na segunda discussão, quanto na questão da constitucionalidade e legalidade.

Obrigada.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, existe um projeto original de autoria do Deputado Marcelo Rangel e existe um substitutivo geral apresentado na Comissão de Constituição e Justiça. Estamos votando, neste momento, o substitutivo ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Artagão, a constitucionalidade do projeto. É a primeira votação. Não tem como votar o substitutivo antes de votar o projeto. É o entendimento que tem a Mesa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Porque o parecer favorável da comissão foi da forma do substitutivo. Para eu entender, estaremos votando o projeto que não teve parecer favorável ou o substitutivo que teve o parecer favorável da CCJ? Porque o parecer é favorável na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Artagão, é uma questão de ordem mesmo e eu acabei lhe induzindo a fazer o encaminhamento. Já discuti na Mesa Executiva da Assembleia. Também não entendo, particularmente, como você vota um projeto e depois vota outro projeto, mudando o projeto. Mas, há um entendimento da assessoria jurídica e legislativa da Casa, que você vota o projeto na forma do substitutivo e, posteriormente, o substitutivo. É desta forma que é encaminhado.

Então estamos votando a constitucionalidade, porque entende a assessoria legislativa e o departamento legislativo da Casa, que não conseguimos votar um substitutivo sem votar o projeto.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Desculpe, Presidente. O projeto neste caso em questão deixou de existir, na forma como apresentado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Há uma outra argumentação. Se o projeto for derubado, você prejudica o substitutivo e não tem como votar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Penso que é um momento interessante para esclarecer o processo legislativo. O relator no âmbito da CCJ, tem a competência e atribuição de poder fazer como fez o Deputado Artagão, de apresentar uma emenda substitutiva geral ao projeto, porque indiscutivelmente a emenda substitutiva dele alterou completamente o projeto do Deputado Marcelo Rangel. Indiscutivelmente, Sr. Presidente, primeiro tem que ser

votado o projeto de lei e depois a emenda substitutiva geral, porque é uma alteração completa o texto do autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Tem razão V. Exa. quanto à decisão já estabelecida pela Mesa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

V. Exa., Deputado Augustinho Zucchi, foi muito feliz e é de uma sabedoria nesta Casa. Estou questionando com o grande Deputado Marcelo Rangel, que vamos votar a constitucionalidade. Tem uma Comissão de Constituição e Justiça - está aqui o Deputado Nereu Moura, que é um grande integrante desta comissão - que tem 14 membros. Mas se derrubarmos e entendermos que não é constitucional o projeto e a CCJ, com 14 Deputados disse que ele o é. Em tese seria o caso de ter que trocar a Comissão de Constituição e Justiça. Estou pegando uma carona dentro da coerência ou da incoerência que V. Exa. abordou. Como é que um substitutivo, muda muitas vezes completamente o texto original de um projeto.

Fica sempre aquela dúvida, vamos votar aqui e de repente entendemos que a matéria é inconstitucional, mas a CCJ que é constitucional, está dentro da lei. É duro para quem está em casa, acompanhando a transmissão poder entender.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Resolvida a questão de ordem. Vamos à votação do projeto.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Para esclarecer e encaminhar essas últimas observações que foram feitas. É importante destacar que o projeto inicial, era composto de cinco artigos e praticamente sem incisos. O substitutivo feito tem nove artigos, cada um deles com muitos incisos especificando o que significa o projeto e criando um fundo, conforme o Deputado Romanelli complementa a informação. Esse substitutivo foi feito em entendimento com o próprio autor. Ele não foi, de forma arbitrária, modificado em toda a sua finalidade inicial, respeitando a iniciativa feita pelo autor do projeto. Talvez, senão fosse na forma do substitutivo, não teria parecer favorável da CCJ. Se formos votar o projeto, como protocolado inicialmente, ele tem uma visão e uma análise do ponto de vista legal e o substitutivo modifica e muitas vezes torna legal aquilo que inicialmente não estava.

Então, não podemos votar o projeto originalmente proposto, porque talvez este esteja inconstitucional e uma vez inconstitucional decretado ele inviabiliza o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, Deputado Artagão, mas o entendimento é que, esse o entendimento geral da Casa, em se votando o projeto a emenda é uma emenda. A emenda sem o projeto ela não existe. Não precisa votar o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Aproveitar exatamente esta confusão que sempre se estabelece com o substitutivo da CCJ. Quero deixar colocada a minha posição e acredito que deve ser a posição de outros Parlamentares também - temos uma comissão que é a Constituição e Justiça. Qual é o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça? Analisar se o projeto é constitucional ou não. Mas, estamos vendo que a Comissão de Constituição e Justiça ela entra no mérito dos projetos. Ela muda totalmente. Não é tema para ser discutido agora, mas esta é a realidade. A Comissão de Constituição e Justiça não tem poderes para extrapolar, para dizer que: "Olha, ao invés de mandar para São Paulo, vamos mandar para o Rio de Janeiro", não. Ela vai ter que dizer - é constitucional ou é inconstitucional.

Esse é o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça. Para isso existem as comissões de mérito. Querem alterar a comissão de mérito, emenda em Plenário. Mas a Comissão de Constituição e Justiça, com todo respeito que eu devoto a todos os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, eles têm o seu trabalho de analisar a constitucionalidade e não entra no mérito de qualquer projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede à questão de ordem de V. Exa. Peço que V. Exa., inclusive, encaminhe esta preocupação à Mesa Executiva.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Só para colaborar com a Mesa Executiva e dizer que, o Deputado Artagão está repleto de razão, foi aprovado na CCJ na forma do substitutivo.

Então, acredito que neste momento estaremos votando o projeto já com a forma do substitutivo;

Então, acredito que neste momento estaremos votando o projeto já com a forma do substitutivo e aí sim virá a emenda ...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O substitutivo geral, Deputado Marcelo Rangel, será votado em segunda discussão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Mas, de qualquer maneira. Se for aprovado o projeto, será aprovado o substitutivo, porque na verdade ele auxilia o projeto e ele é mais completo e ainda, temos a emenda de meio ambiente que é importantíssima.

Então, mais uma vez é só para auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Vamos à votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria apenas que registrasse o meu voto contrário, porque o projeto será votado pelo Poder Executivo e não quero aqui ...

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Deputado Waldyr Pugliesi tem o voto contrário.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Fundação Iguassu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 110/09, de 22/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 504/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação Iguassu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Questão de Ordem**)

E o substitutivo, como ficou nesse processo?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O substitutivo sempre foi votado na 2ª discussão, onde o Plenário pode rejeitar ou aprovar o substitutivo.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Não, tudo bem. Mas então o que votamos agora foi o projeto, não inicial?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O projeto, porque se entende que o substitutivo é uma emenda ao projeto e portanto não tem como você votar a emenda antes do projeto. É o entendimento, repito, do Departamento Legislativo da Casa e da assessoria jurídica.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o Lar Batista Paranaense - LEP, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 122/09, de 14/10/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 571/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar Batista Paranaense-LBP, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só gostaria de retirar o requerimento de minha autoria, acho que o senhor vai ler neste momento, informações da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, SEAP.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Sobre a mesa, Requerimento nº 5318, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 5337, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 5338, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 5348 e 5349, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5325, 5326, 5331, a 5333, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5330, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5335 e 5336, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5342, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5320 e 5321, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5322, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5327 e 5328, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5324, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5343 a 5346, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5347, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão antecipada para o dia 05 (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Jonas Guimarães, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 418 e 419/09.
- 3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 456 e 553/09.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 704/07; 504 e 571/09.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 256, 444, 497 e 562/09.

Levanta-se a Sessão.

